



Instituto de Apoio à Criança

Relatório de Actividades/ Estatístico

2005



ÍNDICE

	Página
Organigrama	4
Atendimento Telefónico	5
Crianças Desaparecidas	12
Apartado/ E-Mail	17
Encaminhamento	20
Atendimento Psicológico	26
Reavaliação	32
Mediação Escolar	40
Participação dos Técnicos do SOS-Criança em Encontros/ Acções de Formação/ Reuniões/ Simpósios/ Congressos	42

ORGANIGRAMA



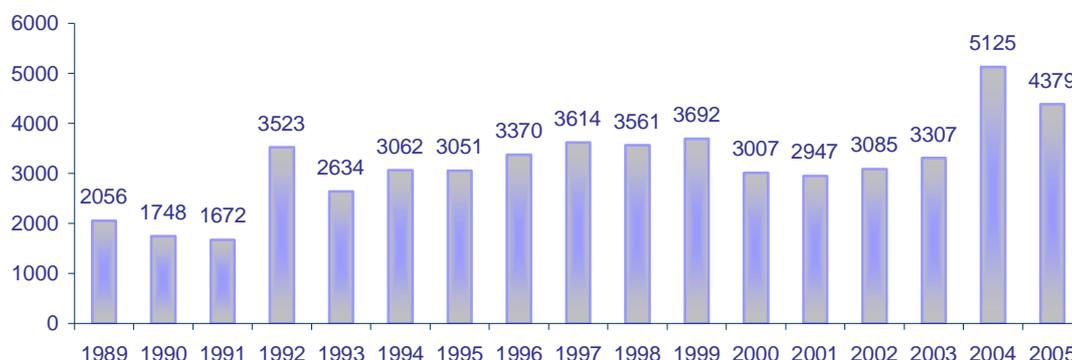
ATENDIMENTO TELEFÓNICO

No ano de 2005 o SOS-Criança recebeu 4379 apelos nas três linhas telefónicas disponíveis. Quando comparamos estes dados com o ano anterior verificamos uma diminuição do número de chamadas telefónicas, uma vez que em 2004 foram recebidos 5125 apelos.

A explicação de tais resultados reside sobretudo no valor dos apelos relativos às situações de mendicidade, que em 2004 atingiram os 1155 apelos contra os 556 de 2005. Em suma, pode afirmar-se que a diminuição do número de apelos não é mais do que o resultado da diminuição do número de situações de mendicidade denunciadas à linha telefónica.

Quando comparamos os resultados de 2005 com os dos anos anteriores, verifica-se que desde 2001 o número de apelos continua a aumentar, tendo em conta a especificidade de 2004.

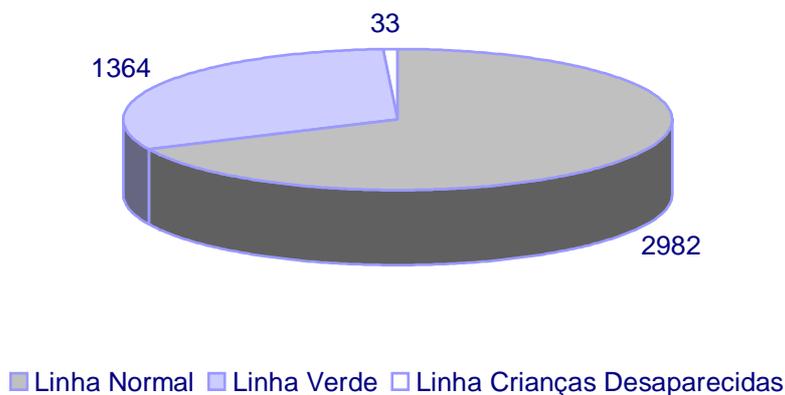
Evolução do Serviço ao Longo dos Anos



Em 2005 a linha normal (paga) continua a registar o maior número de apelos (68%) quando comparamos com a linha verde (31%) e a linha destinada à problemática das Crianças Desaparecidas (1%).

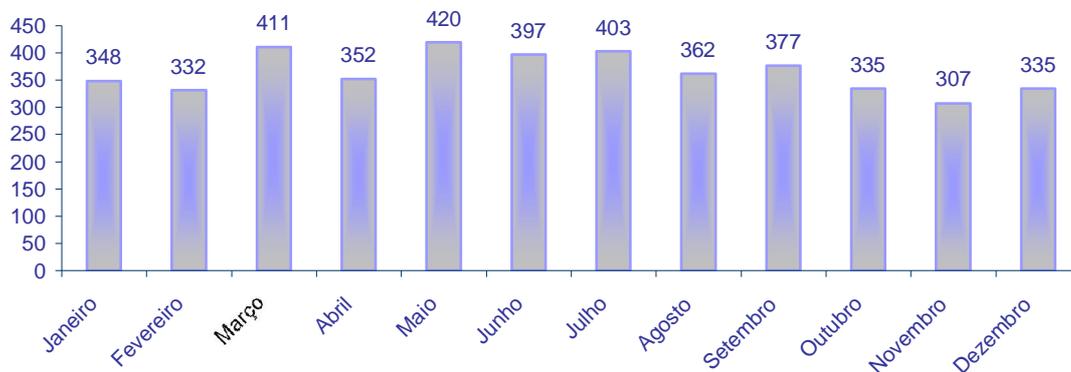
Importa no entanto realçar que, quando se compara a distribuição dos apelos pelas duas linhas telefónicas, linha normal e verde, a percentagem de apelos da linha verde quase duplicou, passando de 17% do total em 2004, para 31% em 2005.

Distribuição dos Apelos por Linhas Telefónicas



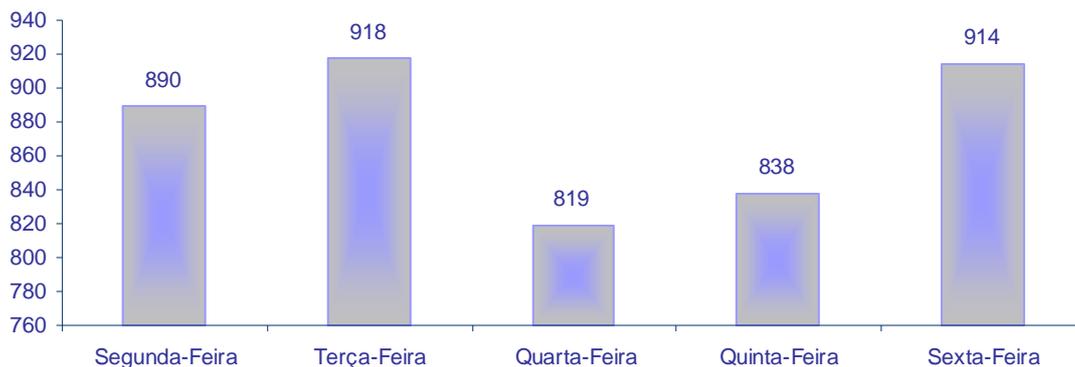
Em 2005 a distribuição mensal dos apelos corresponde a uma média de 365 apelos mês, traduzindo 17 apelos diários, menos 3 apelos que em 2004, mas mais 5 apelos diários que em 2003.

Distribuição dos Apelos Mensalmente



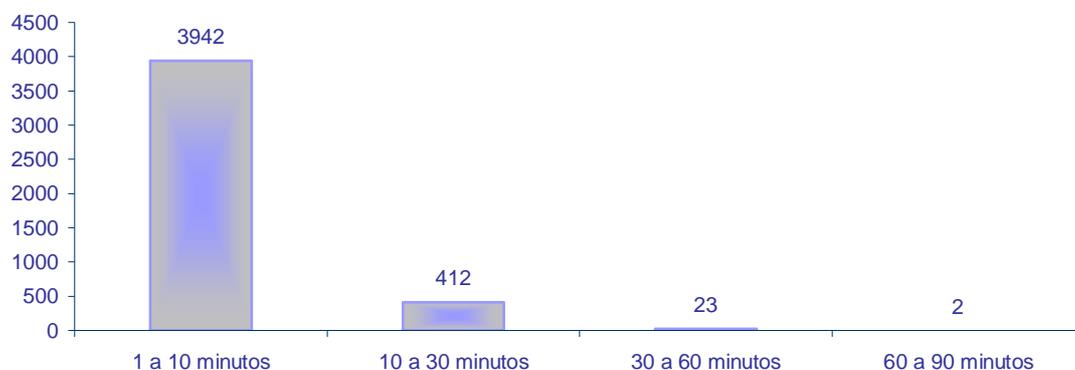
Relativamente ao dia da semana, em 2005 é na 3ª feira que se regista o maior número de apelos, ao contrário dos anos anteriores. Quando comparada a distribuição dos apelos pelos dias da semana, não é possível identificar um padrão de distribuição, na medida em que nos últimos anos tem sido sempre diferente. Inclusive a 6ª feira que tradicionalmente é o dia da semana com menos apelos, em 2005 passou para 2º lugar.

Distribuição dos Apelos por Dia da Semana



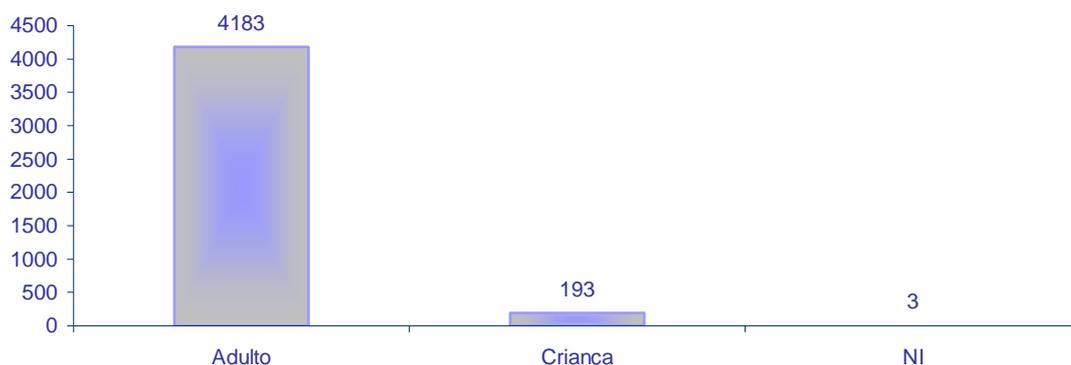
No que se refere à duração das chamadas, 90% tem a duração até 10 minutos, tendência essa que vinha já dos anos anteriores, embora com uma ligeira inversão se atendermos aos 92% de apelos com 10 minutos de duração em 2004, sendo que em 2003 correspondia a 83%. As chamadas com mais de 90m de duração desaparecem em 2005, depois de em 2003 e 2004 terem valores absolutamente residuais (3 e 2 chamadas).

Duração das Chamadas Telefónicas



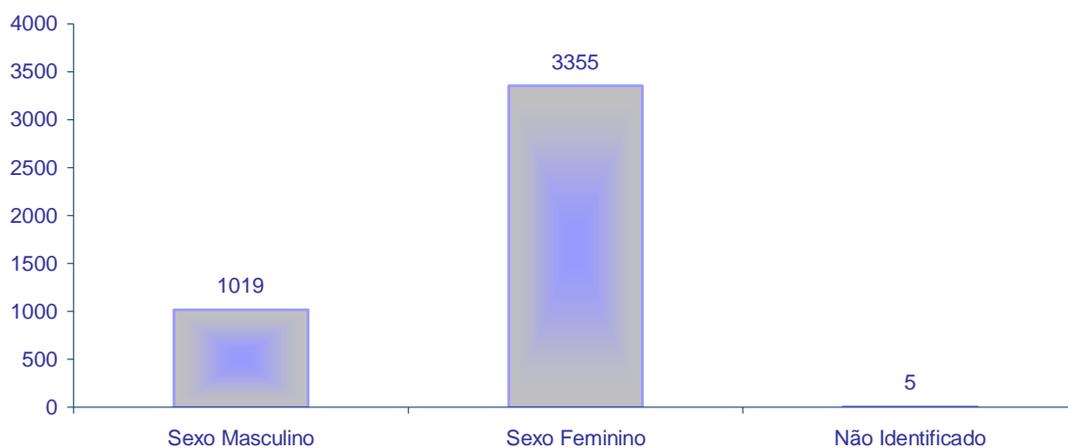
Os apelantes são, sobretudo, adultos (96%), enquanto que as chamadas efectuadas por crianças não ultrapassam os 4%. Em relação aos anos anteriores, os valores mantêm-se mais ou menos constantes, com os apelos efectuados por adultos a oscilar entre os 93% em 2004 e 96% em 2003.

Caracterização do Apelante



Em relação género continua a manter-se a tendência dos anos anteriores com uma clara predominância do sexo feminino, constituindo este 77% dos apelos.

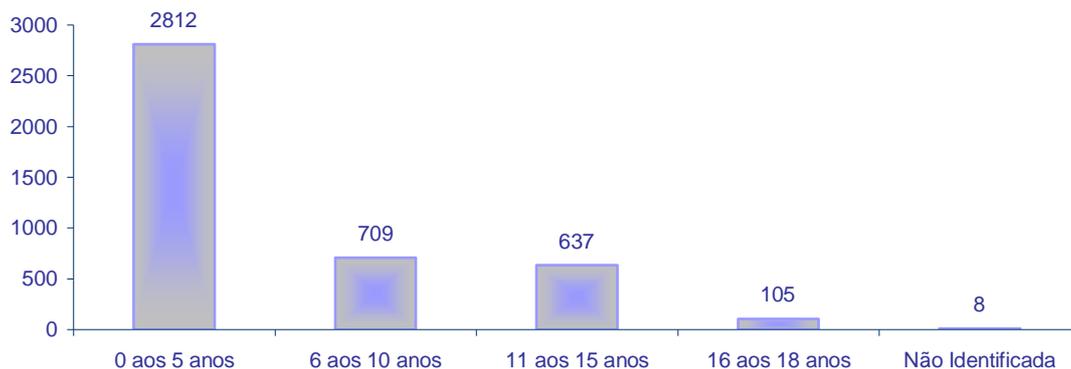
Distribuição dos Apelantes por Sexo



As 4379 chamadas telefónicas que chegaram ao SOS-Criança referem-se a 4271 crianças, uma vez que nem todos os apelos se referem a uma criança específica, e que alguns dos apelos sinalizam mais do que uma criança.

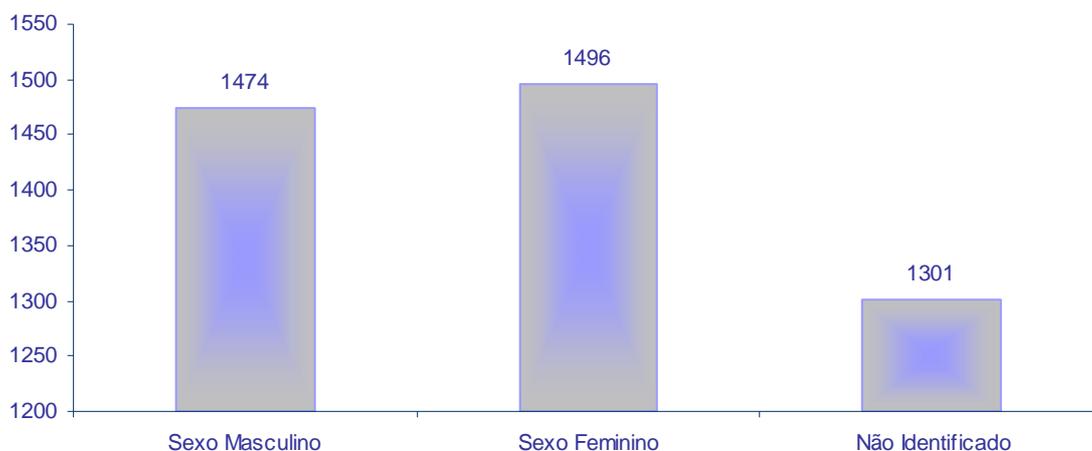
As idades das crianças sinalizadas situam-se sobretudo até aos 5 anos, constituindo 66% do total. À medida que a idade vai avançando diminui o número de apelos, embora seja de referir que a diferença entre o grupo dos 6 aos 10 anos (17%) e o grupo dos 11 aos 15 anos (15%) é apenas de 2%. Assim, pode realçar-se sobretudo a prevalência das denúncias de situações que envolvem crianças até aos 5 anos.

Distribuição da Crianças por Idade



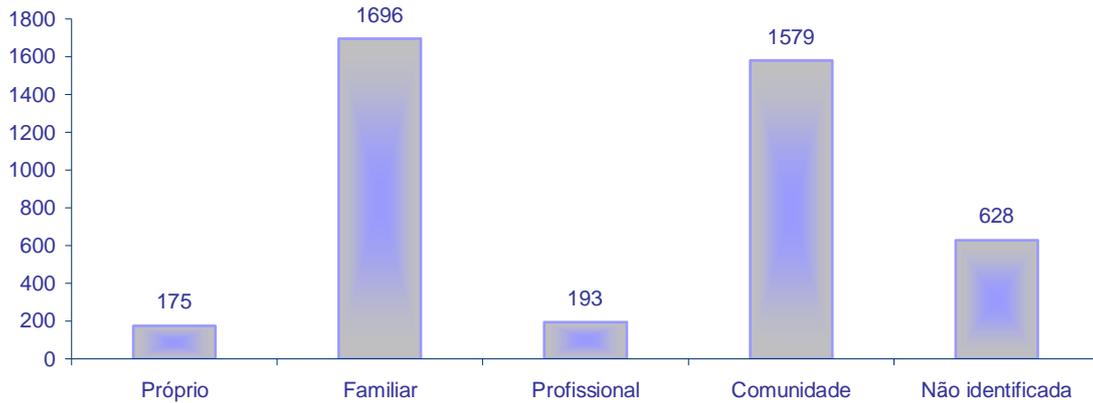
Quando se analisa a distribuição das crianças por género verifica-se que os valores percentuais são iguais entre feminino e masculino (35%), não existindo uma predominância de género. É importante também assinalar que em 30% dos apelos não há uma identificação do género.

Distribuição da Crianças por Sexo



Em 4% dos apelos as crianças falam de si próprias, no entanto a relação que predomina entre o apelante e a criança é familiar, ou seja, são sobretudo os familiares das crianças que nos apelam (40%), embora a diferença para a comunidade não seja muito elevada, uma vez que esta constitui (37%) dos apelos.

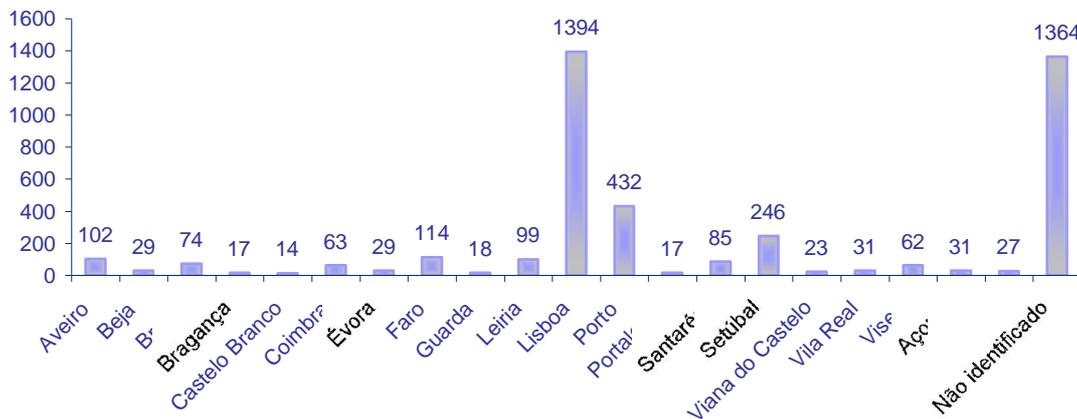
Relação Apelante/ Criança



Tal como em anos anteriores o distrito de Lisboa destaca-se, tendo 33% do total das crianças sinalizadas ao serviço SOS-Criança. Em segundo lugar encontra-se o distrito do Porto, com 10% e em terceiro Setubal (6%). É de referir que em 32% não foram localizados os distritos a que as crianças pertenciam.

Num segundo grupo encontram-se os distritos de Aveiro, Braga, Leiria, Santarém com 2% cada.

Distribuição das Crianças por Distrito

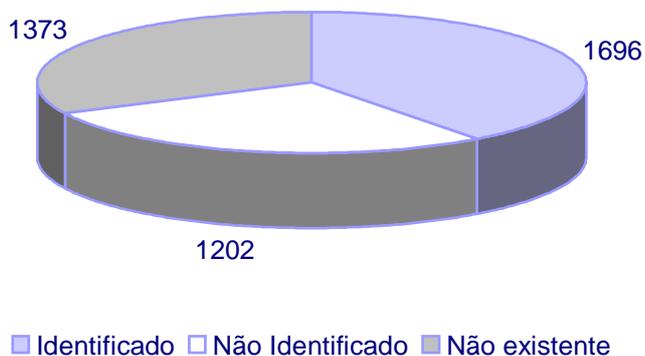


Em 32% dos apelos não teve lugar infracção, pelo que não existiu qualquer infractor, contra 68% em que a infracção existe.

Destes 68%, em 40% dos apelos foi identificado o infractor e em 28% não existiam dados suficientes que permitisse a sua identificação.

Relativamente ao ano anterior verifica-se um aumento do número de apelos que referem a infração relativamente à criança, pelo que, em 2004, 42% dos apelos referiam a inexistência de infractor, número que desce para 32% do total em 2005.

Distribuição da Identificação do Presumível Infractor



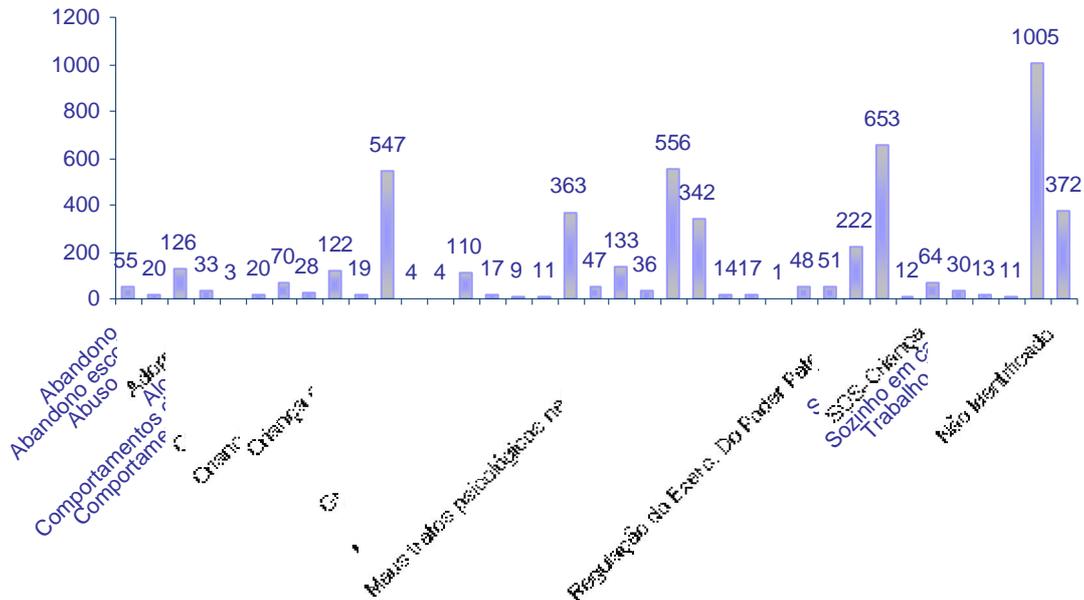
Os apelos relativos a questões de saúde predominam nos apelos ao SOS-Criança, embora seja importante realçar que nestas situações a equipa orienta sobretudo os apelantes para a Saúde 24 (linha telefónica de saúde pediátrica).

As problemáticas que mais se destacam nos apelos são as crianças em perigo (11%) e as denúncias de situações de mendicidade (11%), seguidas dos maus tratos físicos (7%) e negligência (7%).

Relativamente ao ano anterior aumentou o número de situações de crianças em perigo e sobretudo os casos de negligência, que passaram de 4.8% para 7%.

As situações de mendicidade diminuíram de 20% do total em 2004 para 11% em 2005.

Distribuição dos Apelos por Motivo



Do total das situações apresentadas, predomina a orientação dos casos (41%), ou seja, após a clarificação da situação cabe ao apelante a iniciativa do próximo contacto com a instituição que poderá dar resposta ao problema; em segundo lugar surgem as intervenções que têm como finalidade a informação ao apelante sobre o tema que o levou a ligar ao serviço.

O encaminhamento (16%) consiste no registo de dados e a abertura de um processo cujo conteúdo será articulado com os serviços da comunidade pela equipa do SOS-Criança.

Há ainda a registar o apoio (4%) como forma de intervenção sustentado na relação que se estabelece com o apelante no sentido do fortalecimento da sua auto estima, comportamentos e atitudes.

Em 10% das situações não houve lugar a qualquer intervenção específica, tendo em conta a natureza do apelo.

CRIANÇAS DESAPARECIDAS

O Serviço SOS Criança, disponibilizou a partir do dia 24 de Maio de 2004 uma nova linha **gratuita** para a recepção de situações de desaparecimento de crianças, a **linha 1410 SOS Criança Desaparecida**.

Esta linha funciona de 2 a 6ª feira, entre as 9:30 e as 18.30 e conta com a mesma equipa do SOS Criança, quer na linha de recepção de denúncias, quer no encaminhamento das mesmas, pautando-se da mesma forma pela multidisciplinariedade.

Este serviço veio na linha do trabalho iniciado anteriormente pelo Instituto de Apoio à Criança no combate ao fenómeno das crianças desaparecidas e exploradas sexualmente e visa ser, antes de mais um complemento ao trabalho policial de busca, funcionando como um receptor isento de informações sobre a possível localização ou última visualização da criança vítima. Simultaneamente, assume-se como uma observatório nacional e internacional sobre este terrível fenómeno, tentando estudar e compreender a verdadeira dimensão desta situação intra e extra fronteiras.

Tendo por base os cinco conceitos elaborados aquando do estudo de elaboração do Directório Europeu para as Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente, onde o IAC participou juntamente com outras ONG de 22 países europeus na recolha da informação legal e estatística nacional, o SOS Criança desenvolveu a sua metodologia de recolha e encaminhamento em torno de 5 temáticas .

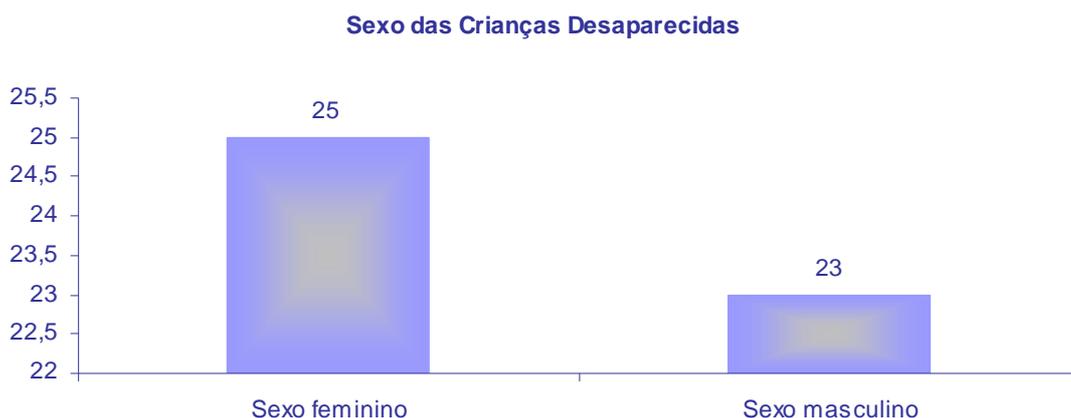
Ao comungar da mesma linguagem, esbatem-se diferenças, afinam-se estratégias e aumenta-se a eficácia da intervenção que se pretende, acima de tudo, pluridisciplinar. Assim, são cinco os conceitos associados a esta problemática, a saber:

1. **Fuga (nacional/internacional)**, que diz respeito a todos os menores que voluntariamente fogem de casa ou da instituição em que residem;
2. **Rapto efectuado por terceiros (nacional/internacional)**, que engloba todos os raptos de menores efectuados por outros que não os pais ou os representantes legais da criança;
3. **Rapto Parental (nacional/internacional)**, que caracteriza o acto de uma criança ser levada ou mantida num local/país diferente do da sua residência habitual por um ou ambos os progenitores ou detentores da sua guarda, contra a vontade do outro progenitor ou detentor da guarda da criança;
4. **Perdidos e/ou feridos ou outro tipo de desaparecimento**, que abarca os casos de desaparecimento de menores sem razão aparente, por exemplo por estarem perdidos (na praia, no campo, numa actividade ao ar livre,...), ou feridos e não poderem ser encontrados de imediato;

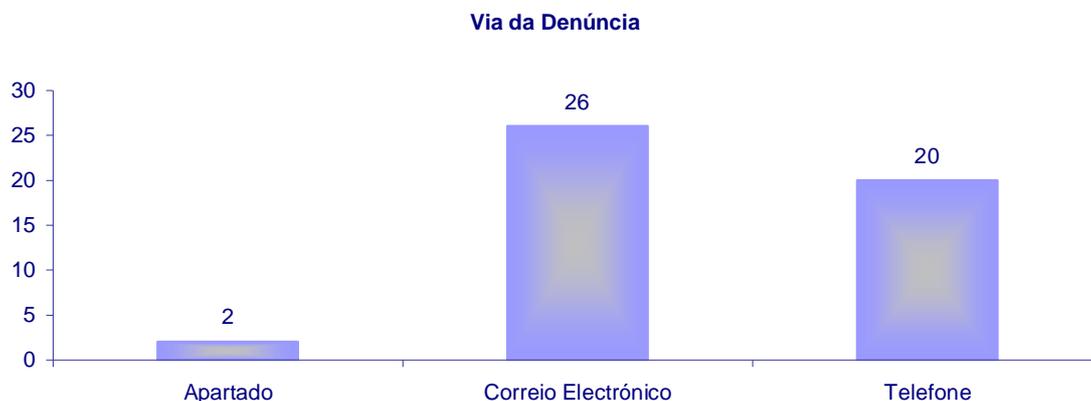
5. **Crianças migrantes não acompanhadas**, que cobre o desaparecimento de crianças migrantes, nacionais dum país em que não há livre movimento de pessoas, com menos de 18 anos, que foram separadas dos progenitores e que não estão sob o cuidado de um adulto legalmente responsável para o fazer.

Passamos então a apresentar os dados estatísticos das situações que chegaram até ao SOS Criança desaparecida, quer através da Linha 1410, quer através do e-mail, já anteriormente disponível soscrianca@net.sapo.pt, quer através do apartado do SOS Criança.

Assim, desde o dia 24 de Maio de 2004 até o ultimo dia de 2005, o SOS Criança Desaparecida recepcionou um total de 48 situações relativas ao desaparecimento de 25 crianças do sexo feminino e 23 do sexo masculino.

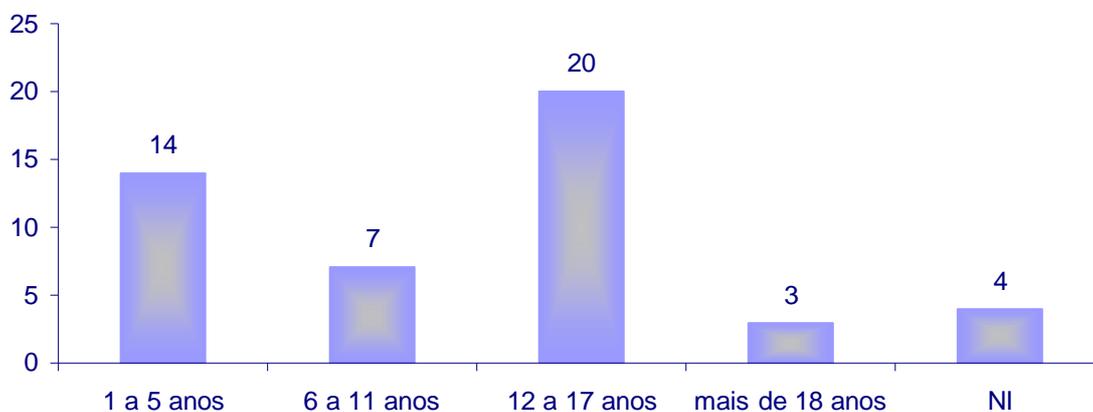


Estas 48 situações chegaram até nós principalmente através do e-mail soscrianca@net.sapo.pt, e da linha telefónica gratuita 1410.



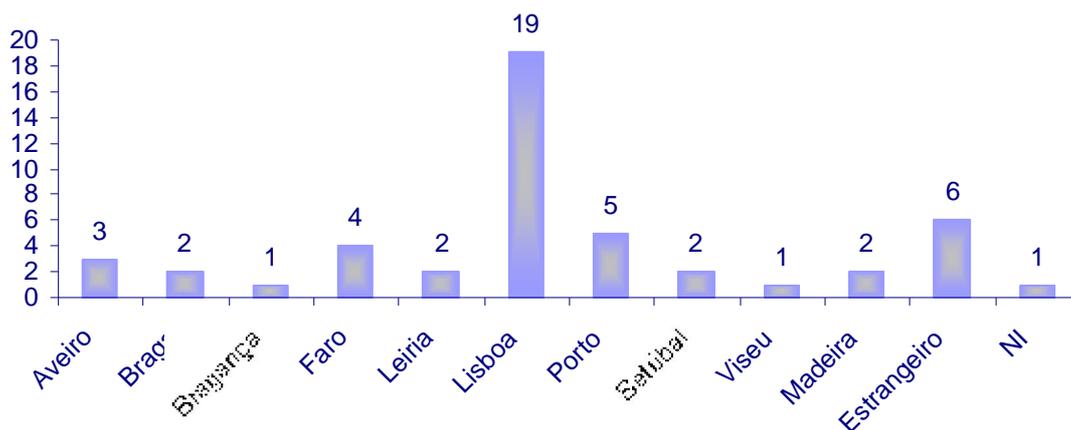
Quanto às idades das crianças vítimas de desaparecimento, o maior numero encontra-se entre o intervalo de 1 aos 5 anos de idade, e dos 12 aos 17 anos de idade.

Idade das Crianças



Quanto à distribuição geográfica das vitimas, a maior concentração de casos encontra-se na cidade de Lisboa, com 19 casos, embora seja visível uma distribuição relativamente equitativa entre os principais distritos do nosso país, sendo que recebemos 6 situações que se deram além fronteiras.

Distrito das Crianças



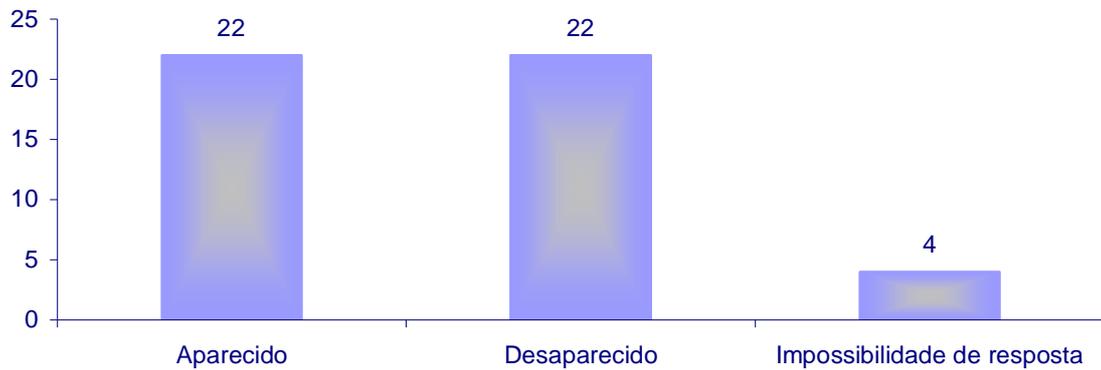
Quanto ao encaminhamento diligenciado pela equipa, a maioria das situações mereceram resposta aos nossos serviços por parte das entidades legalmente responsáveis pela busca e investigação dos casos.

Encaminhamento



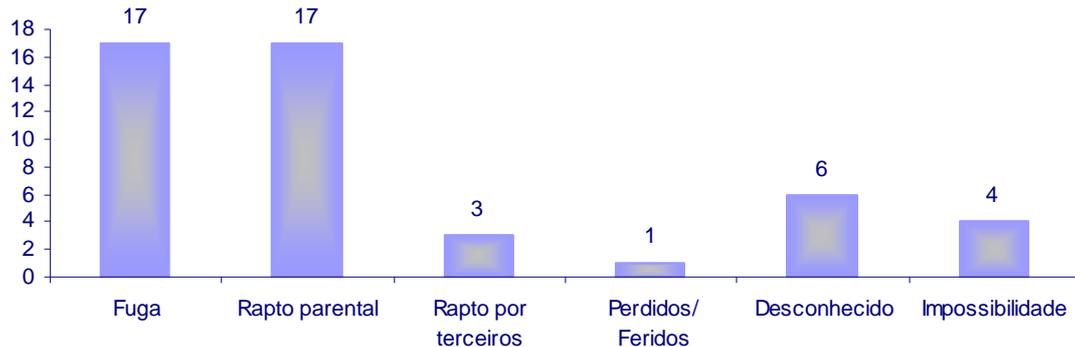
Assim, podemos dizer que actualmente desconhecemos o paradeiro de 22 das 48 crianças sinalizadas, sendo que 4 casos se tornaram impossíveis de encaminhar devido a falta de dados.

Situação Actual



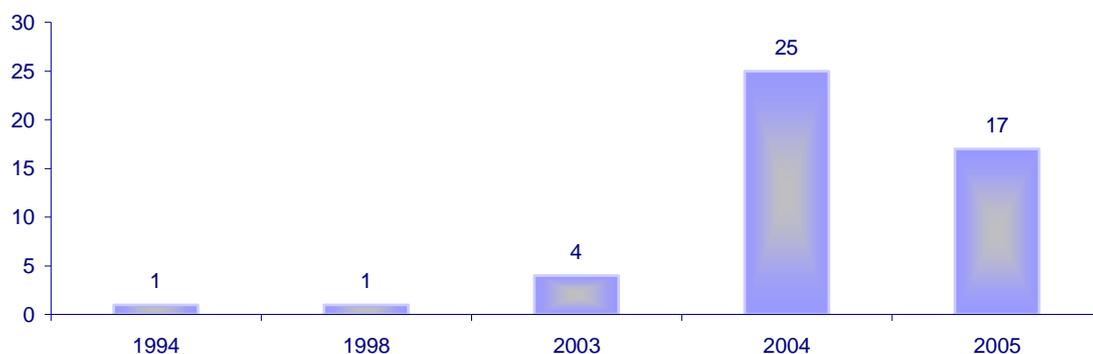
Quanto ao tipo de desaparecimento, destacam-se duas problemáticas, a fuga e o rapto parental, o que vem de encontro ao grupo de idade que mais se sobressai no gráfico seguinte.

Tipo de Desaparecimento



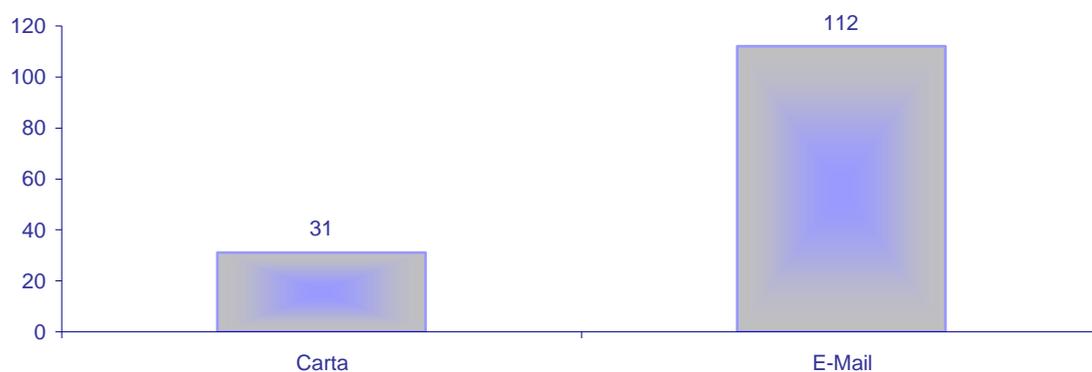
Em retrospectiva, é possível constatar que houve um decréscimo na comunicação ao SOS Criança Desaparecida de situações de desaparecimento de crianças, o que em nosso entender não significa uma diminuição no fenómeno, mas apenas uma menor investimento da nossa parte na visibilidade do serviço.

Evolução Casuística

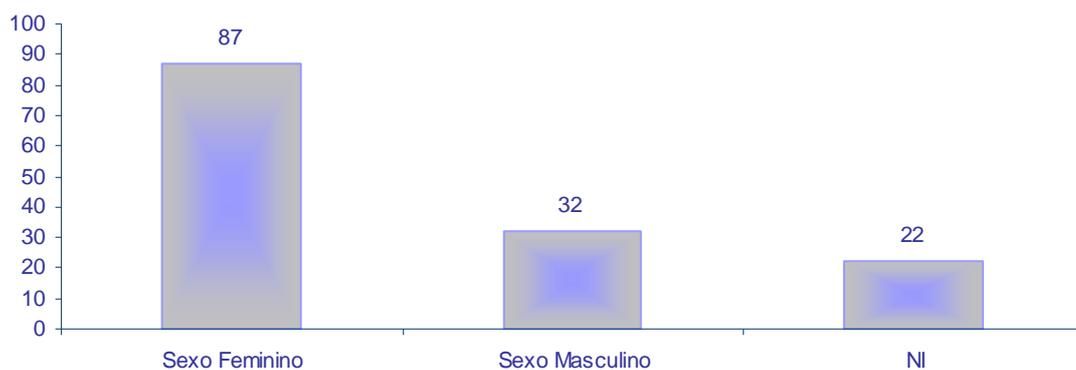


APARTADO/ E-MAIL

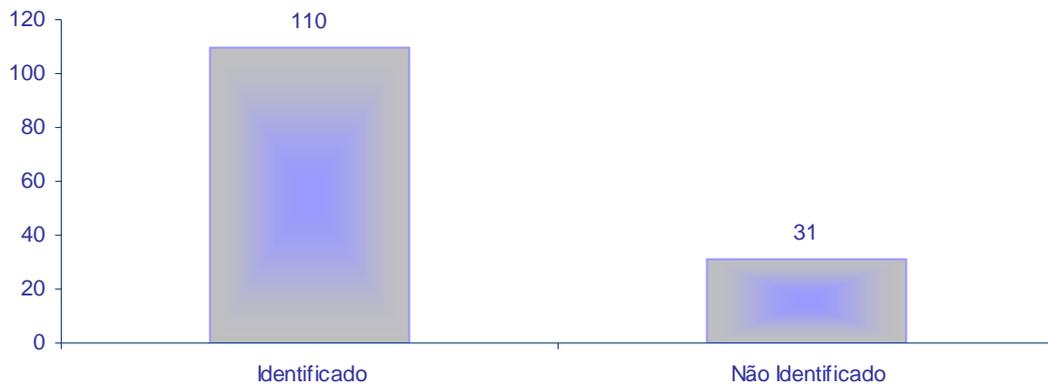
Apartado/ E-Mail



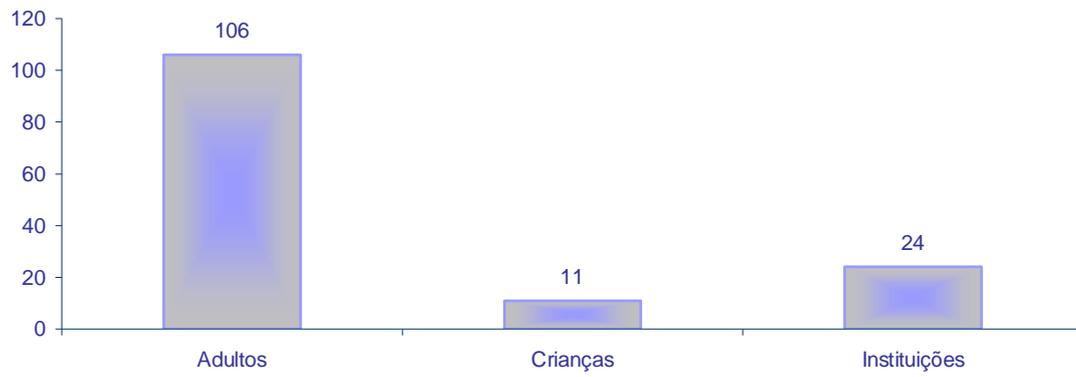
Sexo do Apelante



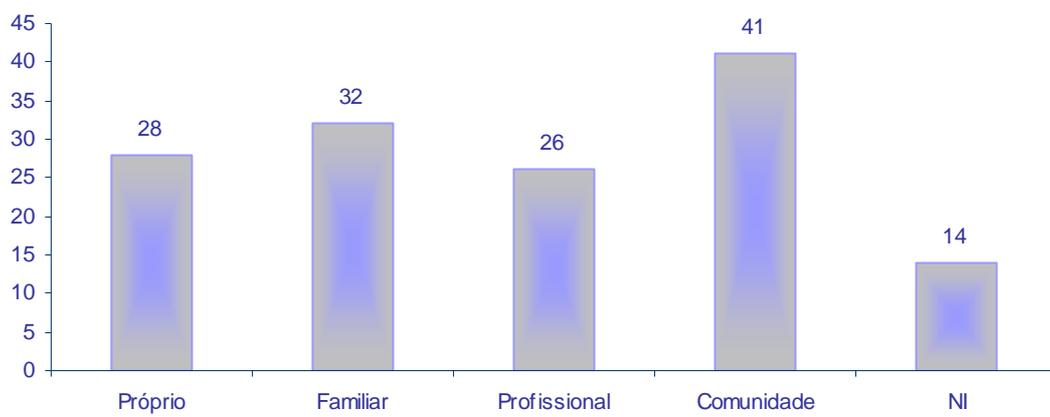
Identificação do Apelante

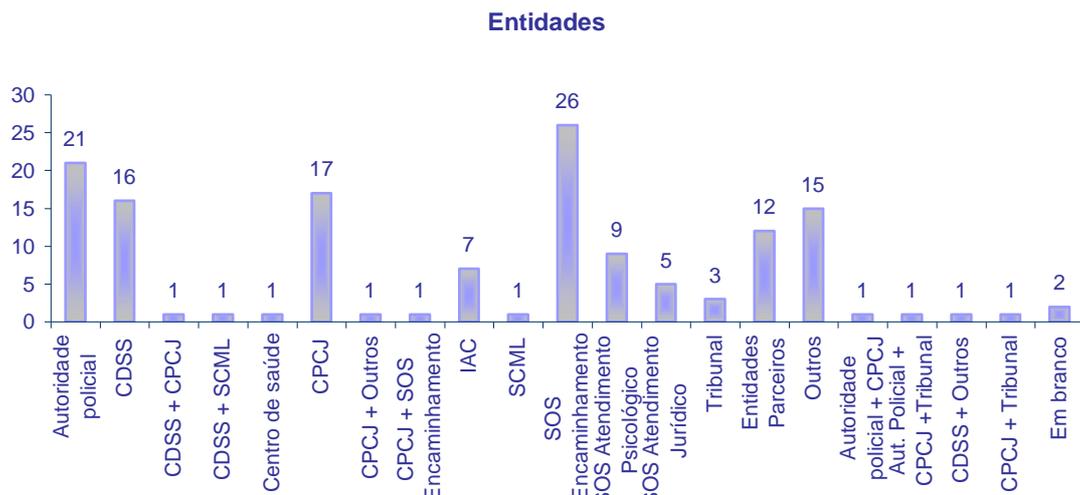
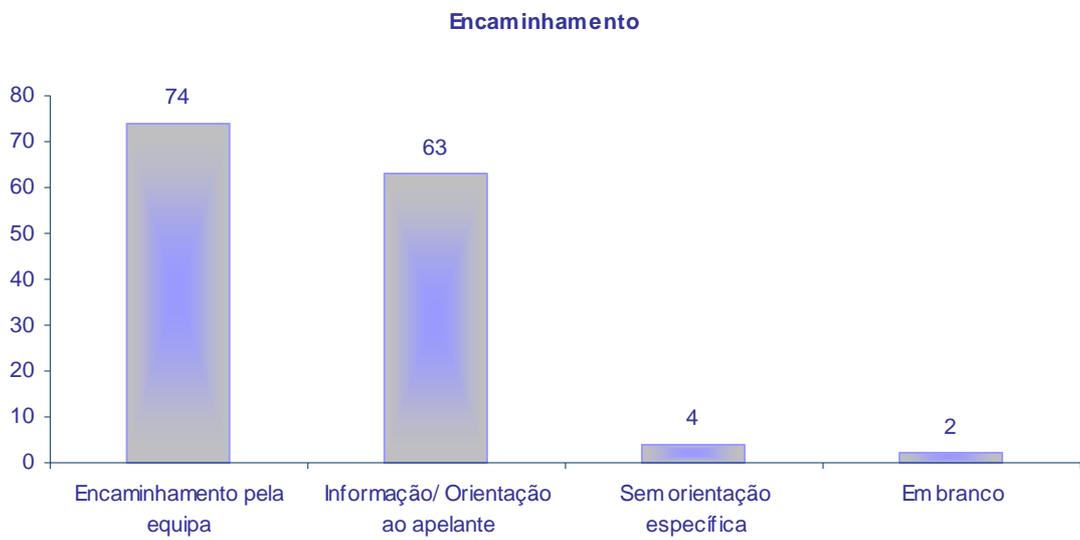
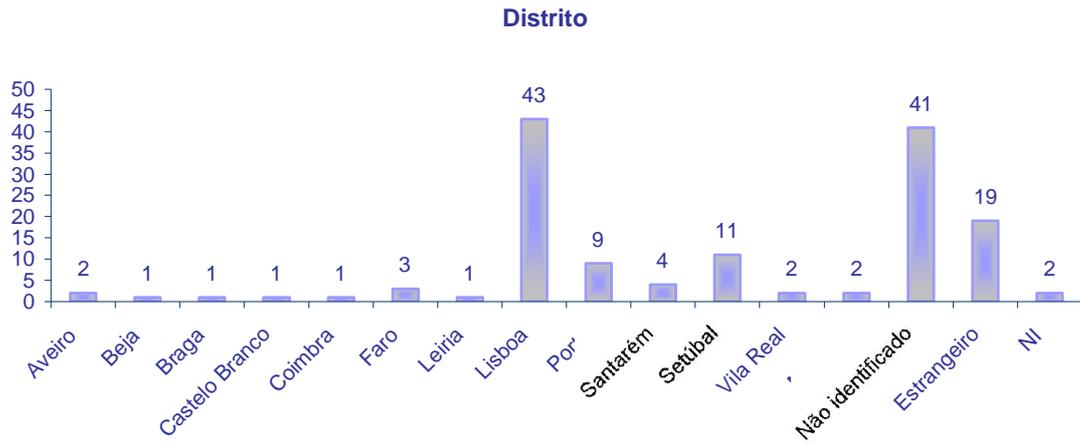


Caracterização do Apelante



Relação do Apelante com o Problema

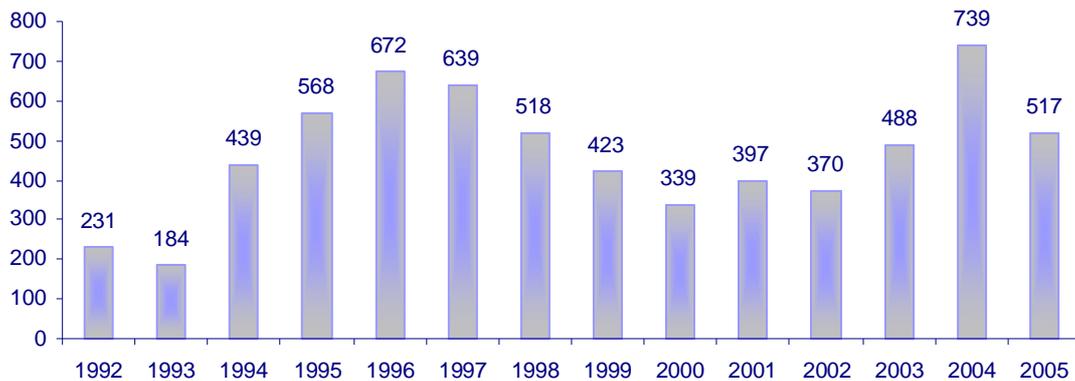




ENCAMINHAMENTO

Em 2004 a equipa do SOS-Criança encaminhou 517 casos, o que corresponde a 12% do total de apelos que chegaram ao serviço.

Distribuição dos Encaminhamentos ao longo dos Anos

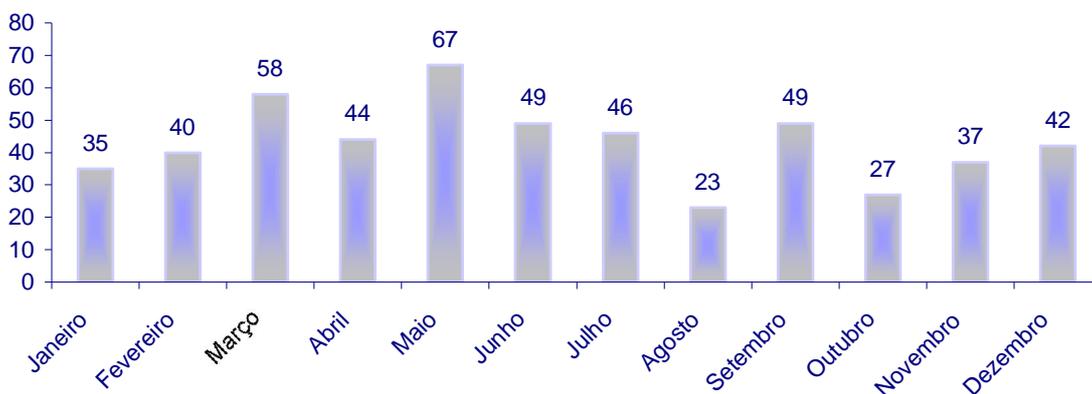


A partir da descrição que é feita no telefone o caso será objecto de intervenção por parte da equipa. Num primeiro nível procurar-se-á avaliar a veracidade da situação e simultaneamente recolher o maior número de dados que possibilite a análise dessa mesma situação.

O modelo de intervenção é sustentado na intervenção em rede, ou seja a articulação inter-organizacional possibilitando a ligação entre a sinalização que é feita no SOS e as organizações que, na comunidade, trabalham directamente com a família.

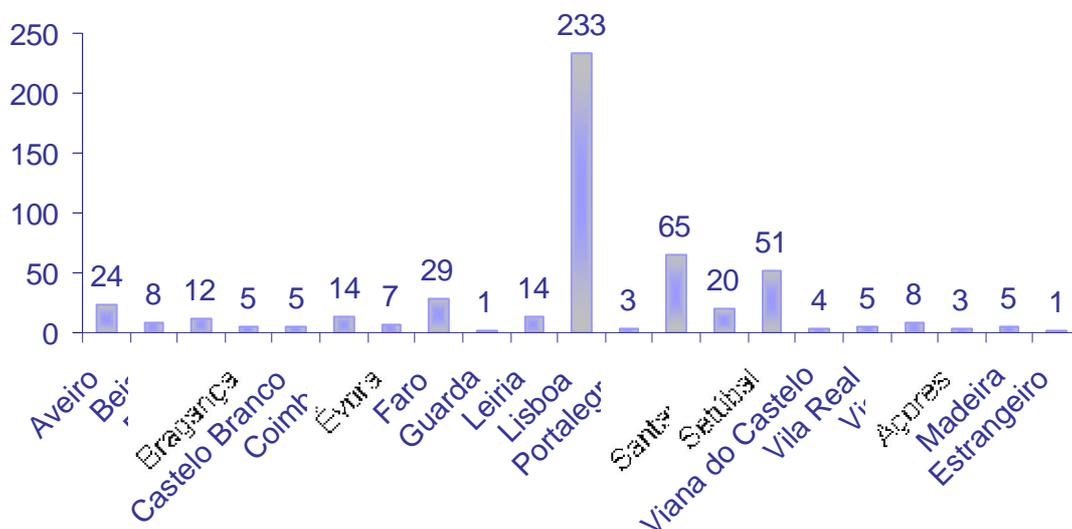
A média de encaminhamentos mensal é de 43 casos, sendo o mês de Maio a altura em que se verificou um maior número de encaminhamentos

Distribuição dos Encaminhamentos por Mês



A distribuição dos encaminhamentos por distrito mostra que Lisboa ocupa o primeiro lugar com 45% do total dos encaminhamentos, seguido do Porto (13%) e Setúbal (10%). A distribuição dos encaminhamentos tem uma relação directa com o total de apelos recebidos, na medida em que os 4379 apelos recebidos também são predominantemente de Lisboa, Porto e Setúbal.

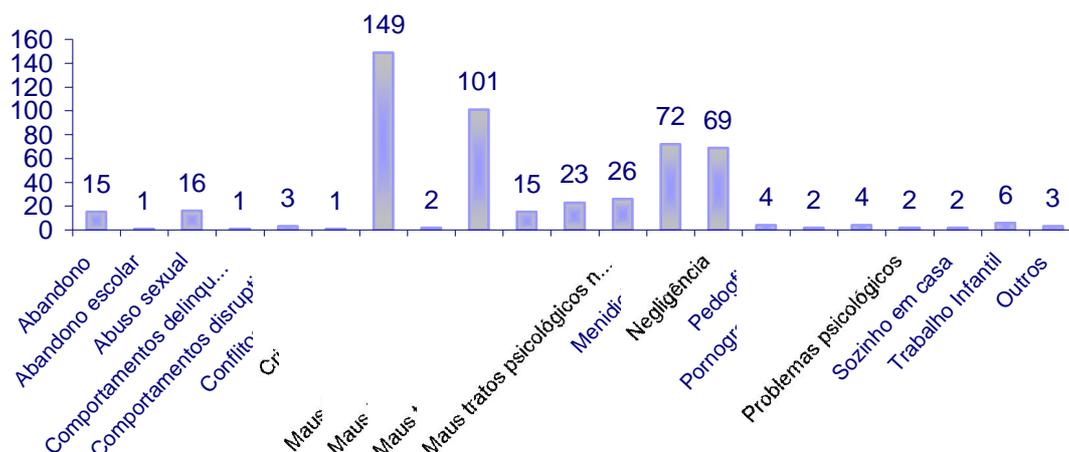
Distritos



No que se refere à identificação da problemática as situações referem-se predominantemente a crianças em risco (29%), seguidas de maus tratos físicos (20%), mendicidade (14%) e negligência (13%). As situações encaminhadas têm igualmente uma proporcionalidade directa com o total de apelos recebidos, na medida em que no total de apelos estas são igualmente as problemáticas mais representadas.

Quando comparado com o ano anterior verificamos que as problemáticas se mantêm, com excepção da mendicidade, que no ano anterior teve um valor bastante mais elevado.

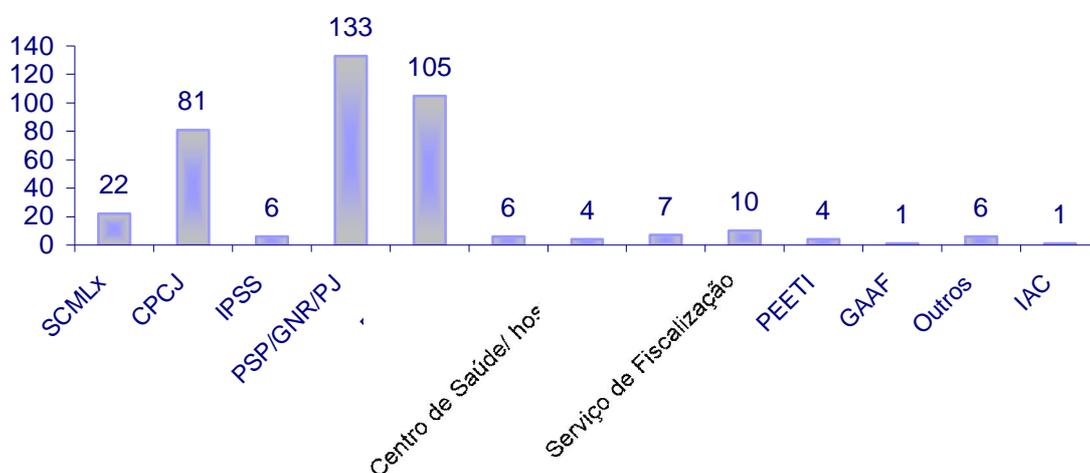
Problemática



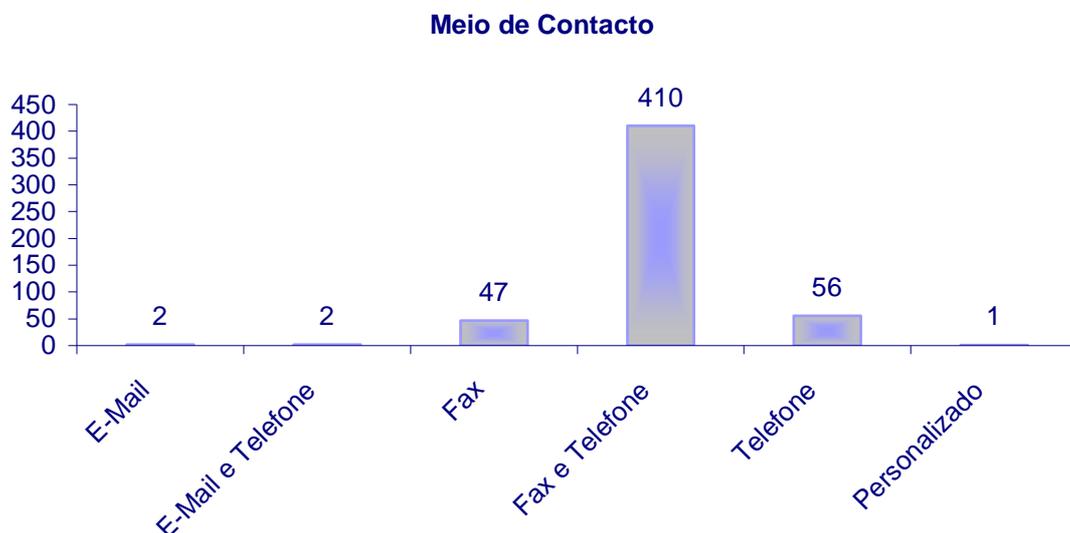
No encaminhamento a primeira instituição contactada foi, preferencialmente as forças de segurança (PSP, GNR, PJ) com 26%, logo seguida da Segurança Social (25%). As escolas (20%) foram igualmente um recurso importante na avaliação inicial da situação. Em 16% dos casos a natureza ou a gravidade dos casos determinaram o encaminhamento imediato para as CPCJ's.

O encaminhamento inicia-se muitas vezes sem um conjunto de dados que possibilite um diagnóstico do problema, daí a necessidade de contactar instituições como a escola e as forças de segurança, que em articulação com a equipa clarificam o problema.

Instituição de Encaminhamento

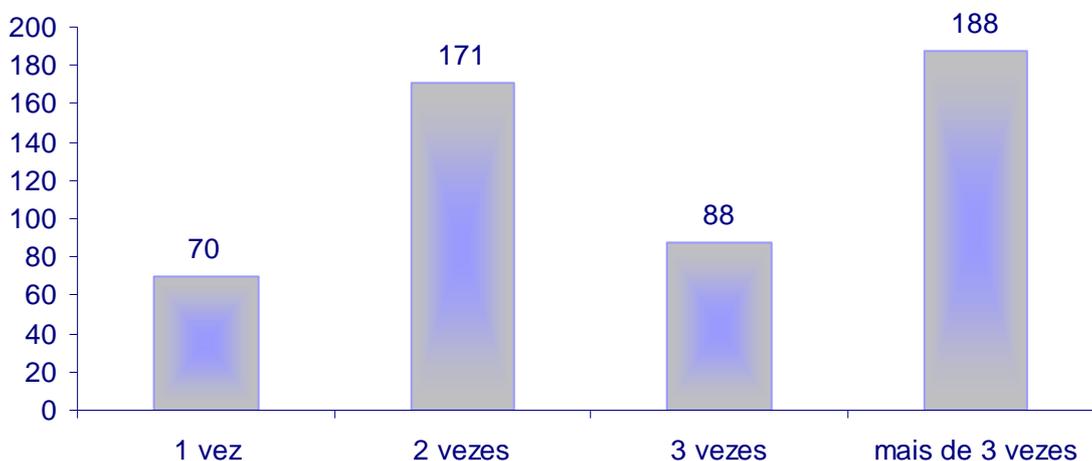


O processo de encaminhamento conjugou em 79% dos casos o fax e o telefone como meio de contacto com as instituições de encaminhamento, contra 11% das situações em que apenas se privilegiou o telefone e 9% dos casos em que se utilizou apenas o envio de fax.



Relativamente ao numero de contactos com a instituição de encaminhamento verifica-se que em 36% dos casos esse valor é superior a 3 contactos, num total de 564 contactos. Em 33% das situações o número é de 2 contactos, o que totaliza 342. Em 17% dos apelos a equipa contacta a instituição mais de 3 vezes, num total de 264. Apenas em 14% dos apelos a instituição é contactada apenas uma vez, o que corresponde a 70 apelos. Somando todos os contactos da equipa obtemos o resultado de 1240 contactos com as instituições de encaminhamento.

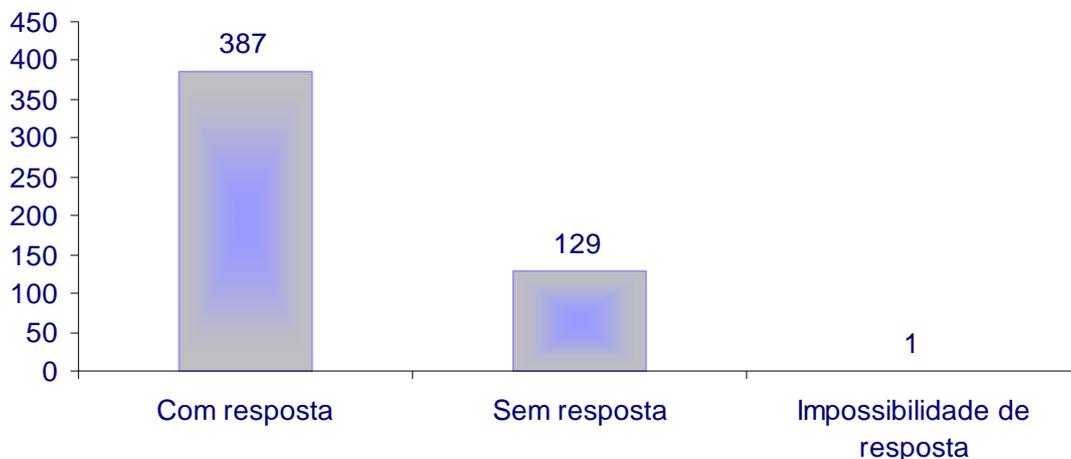
Número de Contactos com Instituição de Encaminhamento



Quanto à resposta a esse primeiro encaminhamento verifica-se que em 75% dos

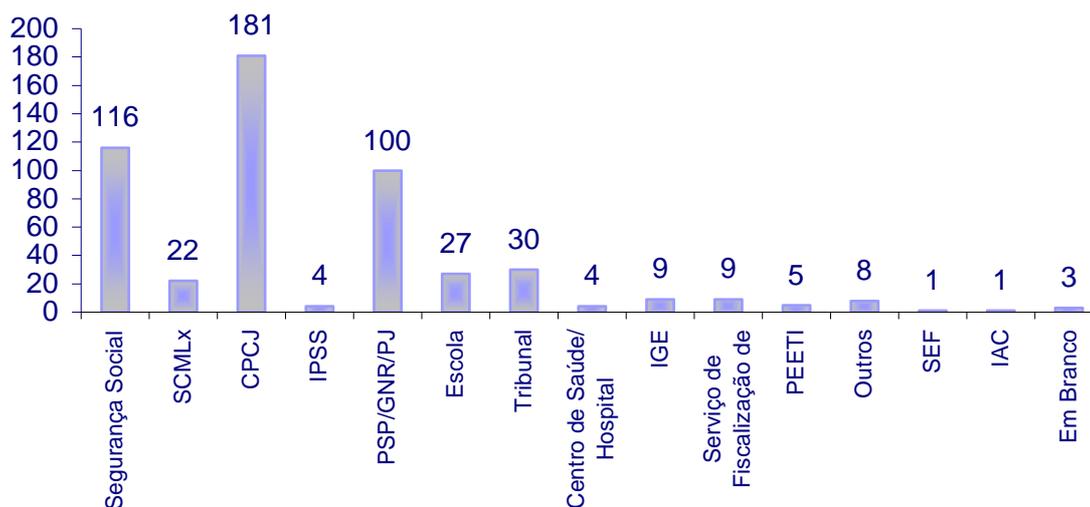
casos foi obtida resposta contra 25% em que não houve resposta.. Numa das situações foi impossível o encaminhamento.

Resposta ao Primeiro Encaminhamento



No processo de encaminhamento define-se a responsabilidade da intervenção directa numa das instituições da comunidade. No ano de 2005 essa intervenção recaiu sobretudo nas CPCJ (35%) e nas equipas da Segurança Social (22%). Para além destes destacam-se ainda a PSP/GNR, os tribunais, a escola e a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, a quem em Lisboa cabe a intervenção na área social.

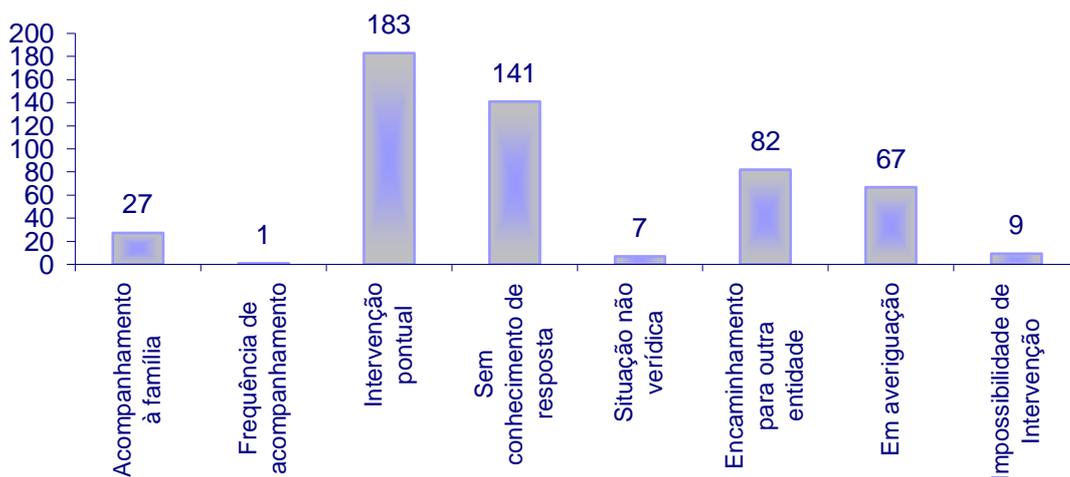
Instituição Responsável pela Intervenção



Na análise do processo de encaminhamento destaca-se como resposta a intervenção pontual (35%), ou seja centrada no problema imediato e que termina depois de este ser solucionado. O acompanhamento à família é outra medida utilizada em 5% das situações. É ainda de realçar que em 16% das situações os casos foram

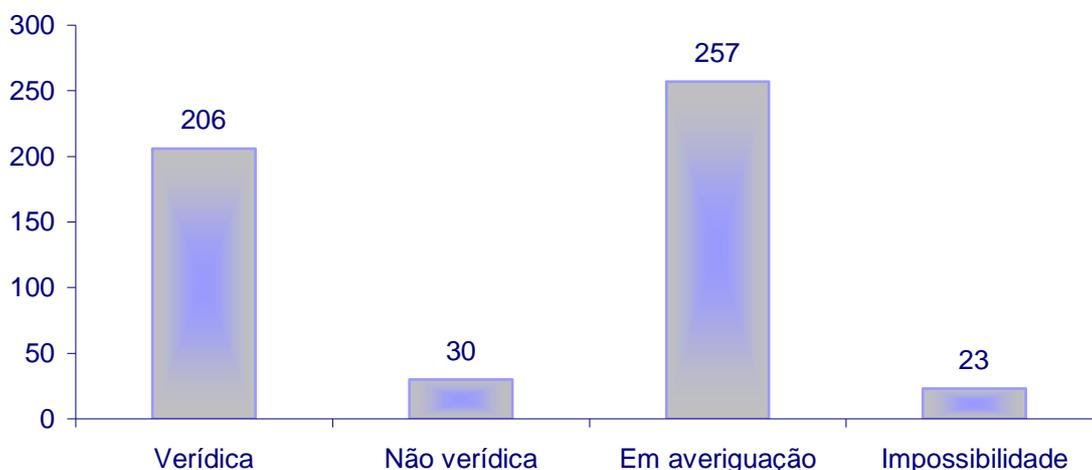
encaminhados para outra instituição, e que em 27% das situações não foi possível obter conhecimento da medida. Em 13% dos casos as situações estão ainda a ser averiguadas, pelo que não é possível uma resposta nesta data. Importa também referir que 2% dos casos (9) os elementos que constavam no processo não permitiam a sua averiguação.

Resposta da Instituição de Encaminhamento



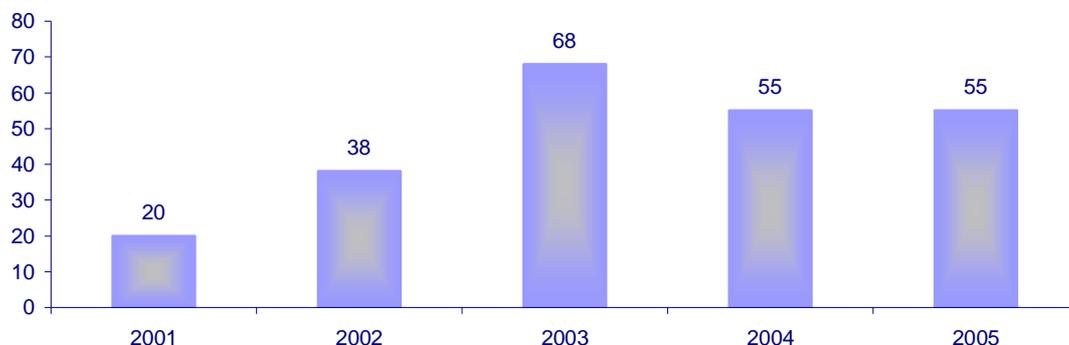
A questão da veracidade dos factos torna-se complexa, na medida em que o telefone é anónimo, e possibilita o uso indevido do serviço. No entanto, apesar deste facto, apenas 6% do total de situações apresentadas forma consideradas não verídicas, contra 40% das situações confirmadas e 50% em fase de avaliação. Em 4% dos casos não foi possível avaliar a veracidade.

Veracidade da Situação



ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

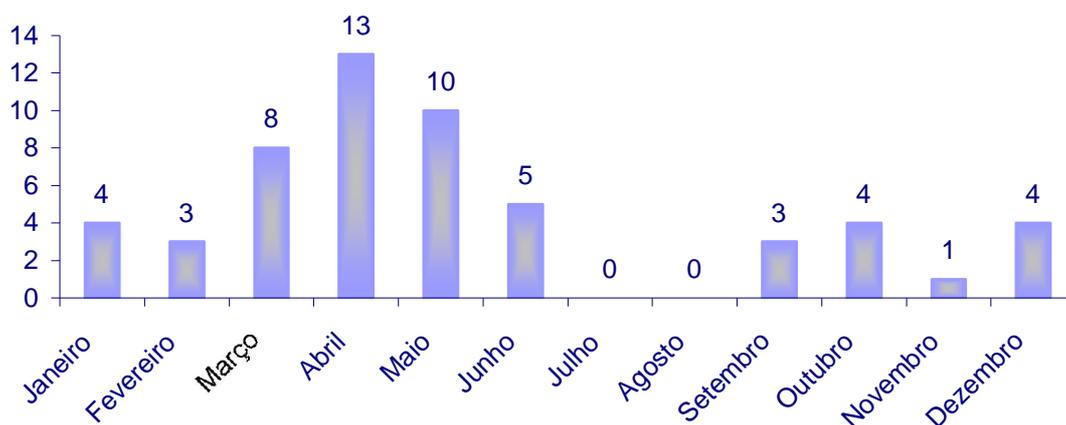
Evolução do Serviço de Atendimento Psicológico



No ano de 2005, os meses em que foram realizados mais Atendimentos Psicológicos no SOS-Criança foram Abril e Maio, com 12 atendimentos cada. Os meses em que foram realizados menos atendimentos foram Fevereiro, Setembro e Dezembro.

No mês de Agosto não foram efectuados atendimentos por razões que se prendem com a dinâmica do serviço, sendo que em todos os outros meses houve registo de situações.

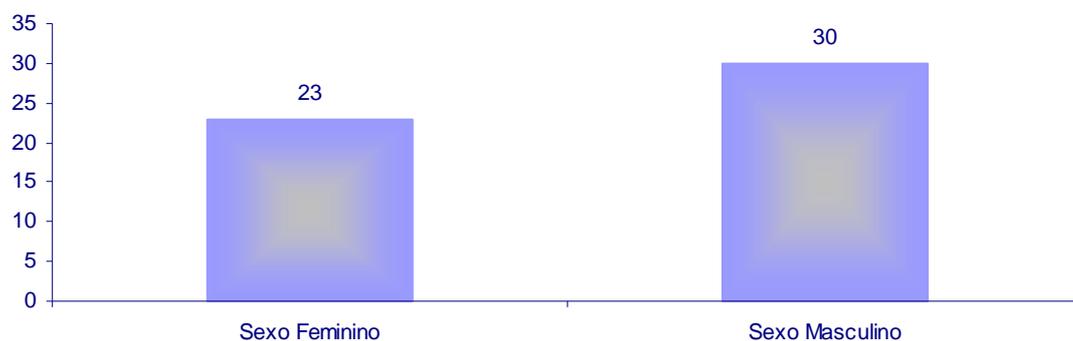
Evolução do Serviço de Atendimento Psicológico ao Longo dos Meses



Apenas dois processos de Atendimento transitaram de 2004 para terem continuidade de acompanhamento em 2005.

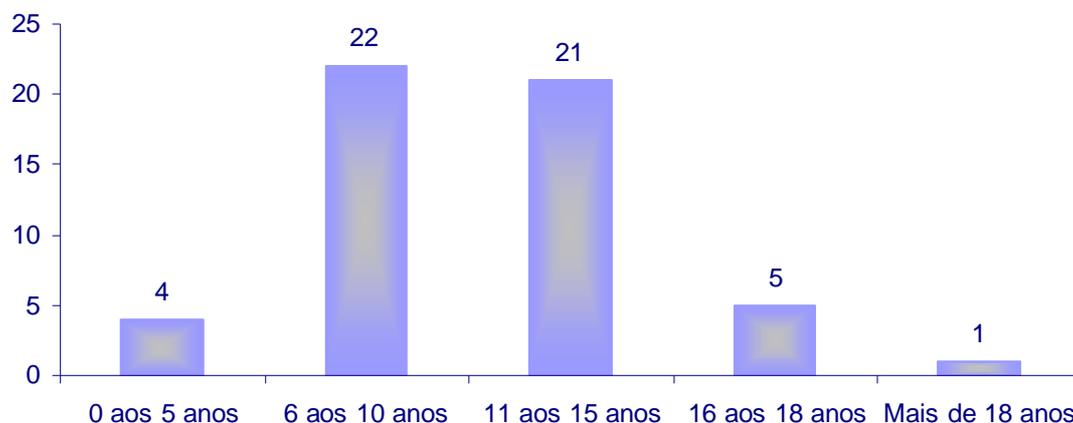
Em termos de género, podemos referir que recebemos mais utentes do sexo masculino, 32, do que do sexo feminino, 23, num total de 55, durante o ano de 2005.

**Sexo das Crianças
Recebidas no Atendimento Psicológico**



As crianças e jovens que usufruíram do Atendimento Psicológico do SOS-Criança no ano de 2005 tinham idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos de idade e entre os 11 e os 15 anos, nomeadamente 22 crianças no primeiro intervalo de idades e 21 no segundo intervalo de idades.

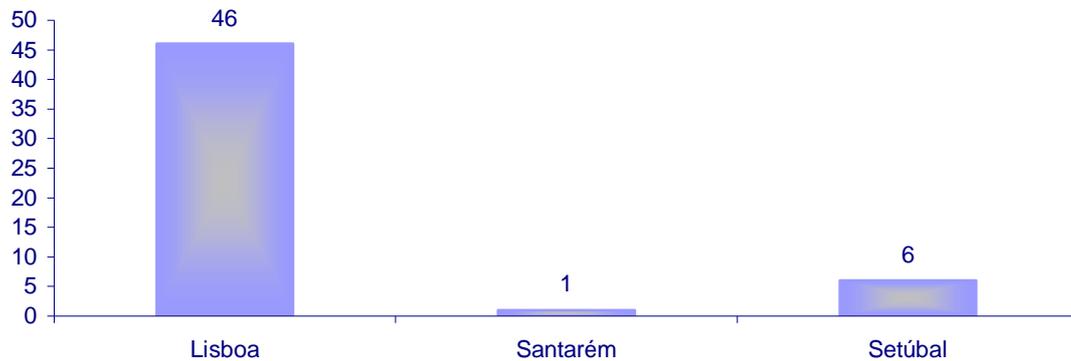
**Idade das Crianças
Recebidas no Atendimento Psicológico**



A grande maioria dos utentes dos atendimentos provêm de Lisboa, nomeadamente 46, num universo total de 55.

O distrito de origem com maior expressão a seguir a Lisboa foi Setúbal.

Distritos das Crianças Recebidas no Atendimento Psicológico

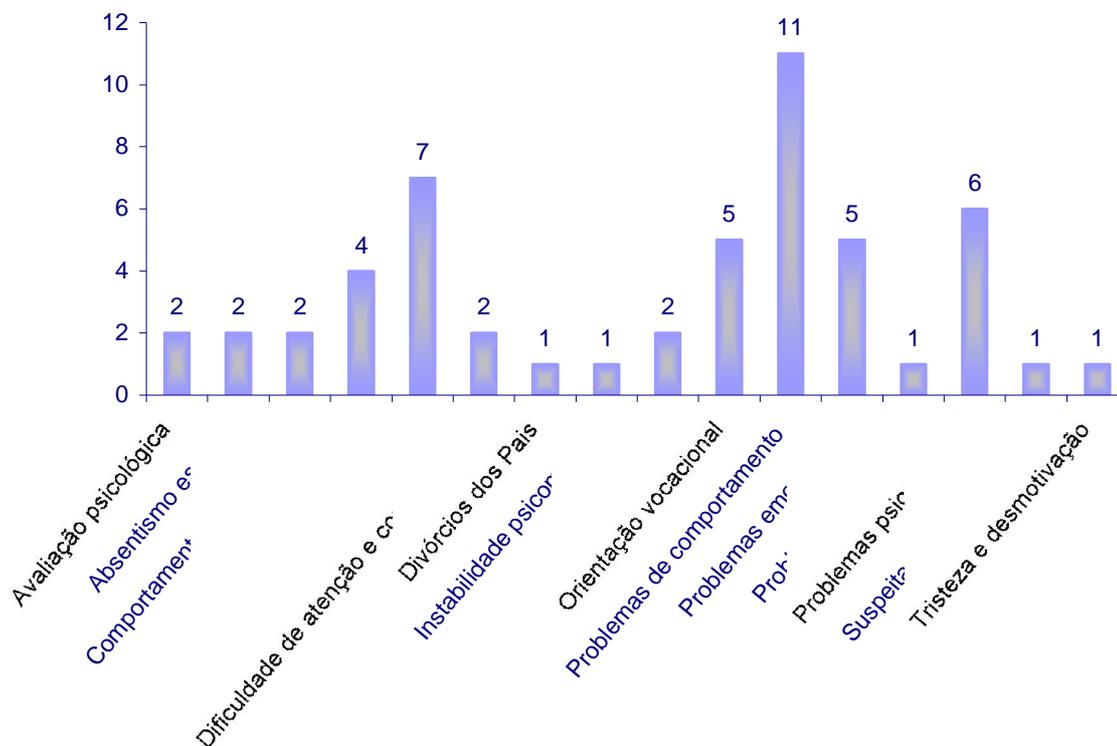


De acordo com a leitura do gráfico, os motivos de sinalização das situações que chegaram ao Atendimento Psicológico foram em primeiro lugar os Problemas de Comportamento (11 casos num total de 55), seguido das Dificuldades de Aprendizagem (7 num total de 55), os Problemas Psicológicos (6) e a Orientação Vocacional (5).

Tendo em conta que a problemática Comportamentos Agressivos poderá ser incluído nos Problemas de Comportamento, este último passará a contabilizar um total de 13 casos em 55. Se enquadrarmos igualmente os Problemas Emocionais no grupo dos Problemas Psicológicos podemos referir que este último passa a contabilizar 11 situações. A problemática Problemas de Atenção/Concentração poderá também ser englobada na das Dificuldades de Aprendizagem, que totalizará 9 casos.

Conclui-se que as problemáticas mais expressivas são os Problemas de comportamento, Problemas Psicológicos/Emocionais e as Dificuldades de Aprendizagem.

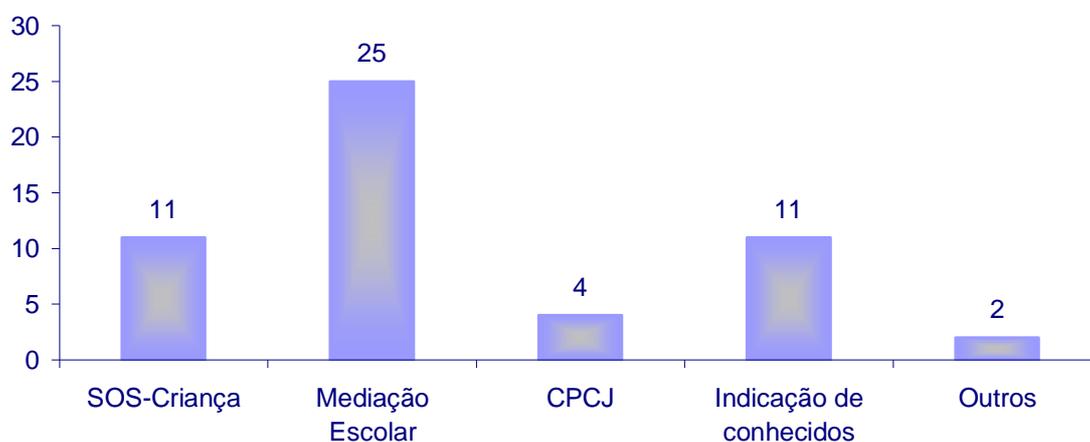
Motivo da Consulta



Do total de 55 situações recebidas no Atendimento Psicológico, 25 delas, a maioria, foram sinalizadas pela Mediação Escolar (nomeadamente pelos GAAP das Escolas), 11 apareceram via Linha SOS-Criança e outras 11 por indicação de conhecidos (utentes que aconselham o serviço a outros).

Apenas 4 situações foram sinalizadas pelas CPCJ.

Via de Sinalização

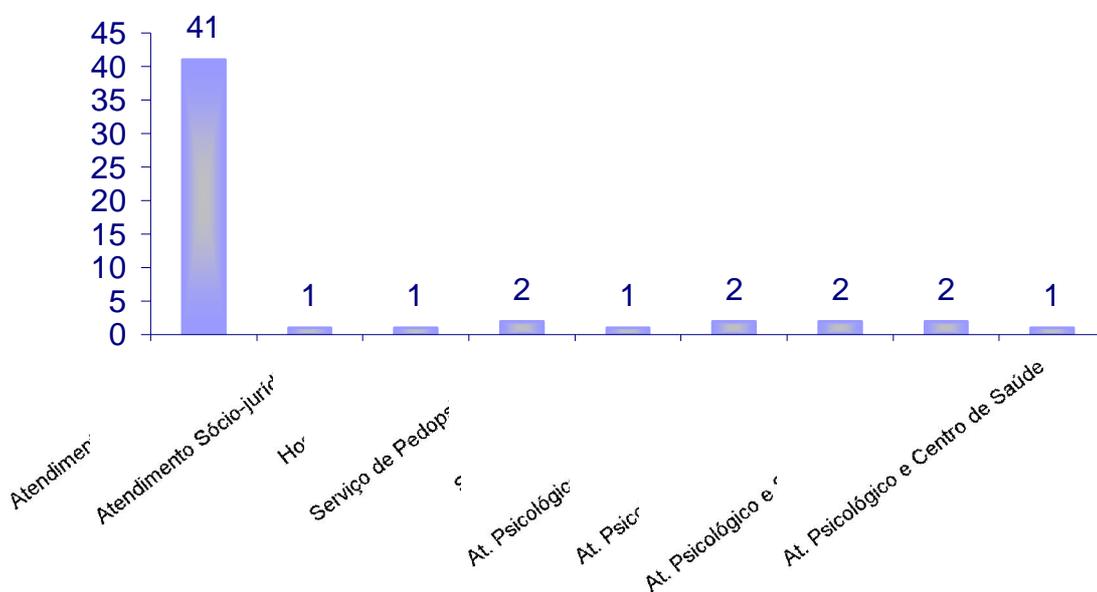


A grande maioria das situações acompanhadas no Atendimento Psicológico

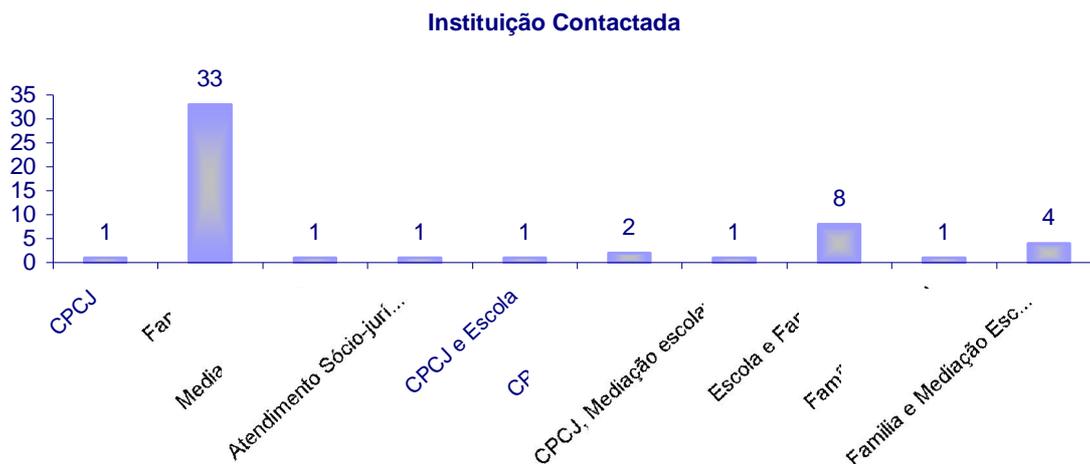
encontram resposta no próprio serviço do SOS-Criança, ou seja, através de uma reflexão conjunta é possível uma melhor compreensão do problema que traz o utente ao atendimento psicológico, levando-o, com o apoio do técnico, a encontrar a resposta para a sua situação.

Apenas 11 situações foram encaminhadas para outros serviços locais após algumas sessões de Atendimento Psicológico no SOS-Criança, nomeadamente para o Atendimento Sócio-Jurídico (também do SOS-Criança), para o Hospital, para um Departamento de Pedopsiquiatria, para um outro Serviço de Apoio Psicológico, para CPCJ e para o Centro de Saúde.

Orientação/ Encaminhamento



Na maioria das situações, conforme se visualiza no seguinte gráfico, os técnicos do Atendimento Psicológico atendem numa primeira sessão em que se recolhe os elementos de anamnese e identificação, os pais e/ou familiares das crianças/jovens que serão seguidas no atendimento. Normalmente são os familiares os mais contactados ao longo do acompanhamento da situação, sendo que nas situações em que as crianças/jovens são sinalizadas pelas Escolas, podem também ser contactados elementos do GAAF ou da própria escola (Professor). Há também situações em que outros serviços podem acompanhar a criança/jovem ou a sua família a outros níveis, como a nível da acção social ou de processos de promoção e protecção, como é o caso das CPCJ e do CDSS.



Durante o acompanhamento às diversas situações no Atendimento, o tipo de contacto baseia-se essencialmente na entrevista. Estas entrevistas incluem a avaliação psicológica e a observação da criança/jovem integrado no processo terapêutico.

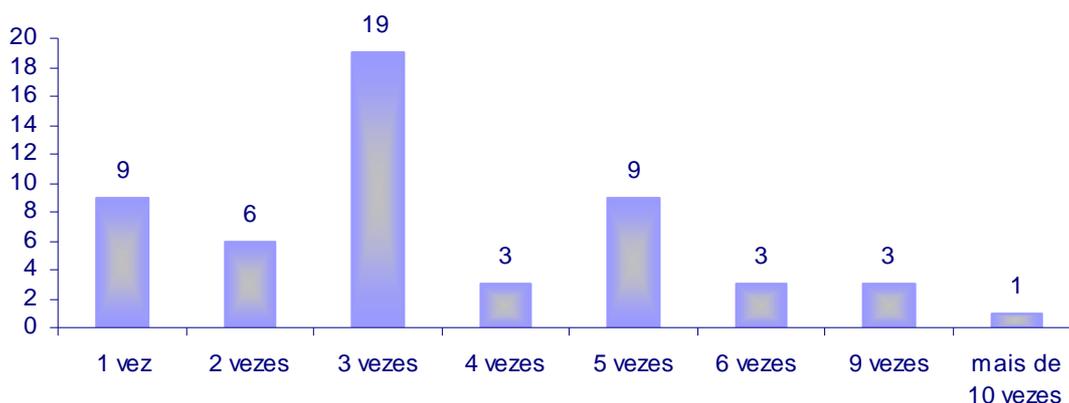
Para além das entrevistas há situações em que é necessário complementar a informação transmitida nas sessões de entrevista com os menores com contactos com familiares ou instituições locais, sendo que em 2005 uma situação teve uma reunião, uma necessitou da elaboração de um ofício, outra um telefonema e outras houve em que foi necessário a utilização de vários destes meios em complemento, para a mesma situação (ex: telefonema e reunião; entrevista e telefonema).



A maioria das situações (18, num total de 55) acompanhadas no Atendimento Psicológico têm uma média de 3 sessões de acompanhamento.

Nove das situações acompanhadas tiveram uma frequência de 5 sessões e outras nove de 1 sessão apenas. Cinco situações tiveram 2 sessões de atendimento durante todo o acompanhamento.

Frequência dos Atendimentos Psicológicos



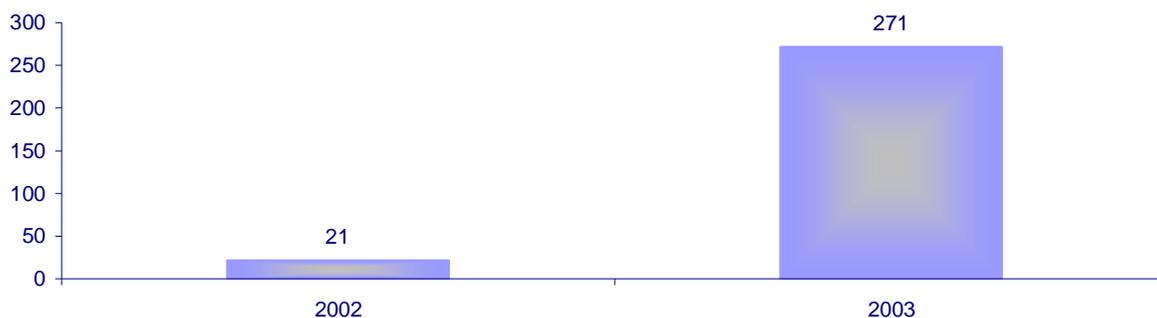
REAVALIAÇÃO

Durante o ano de 2005 procedeu-se à reavaliação de um total de 292 processos (gráfico 1), sendo uma maioria (271), correspondente a situações apresentadas em 2003, das quais **não** se obteve resposta por parte dos serviços a quem se solicitou a intervenção quando se efectuou o respectivo **encaminhamento**. Os restantes processos (21), sujeitos a reavaliação correspondem a situações - problema apresentadas em 2002.

A reavaliação destes últimos processos teve início no ano de 2004 e devido à não obtenção de resposta através de contacto telefónico, procedeu-se a uma nova insistência no ano de 2005, junto dos serviços, utilizando outro meio de reavaliação, ou seja, via formulário ou ofício.

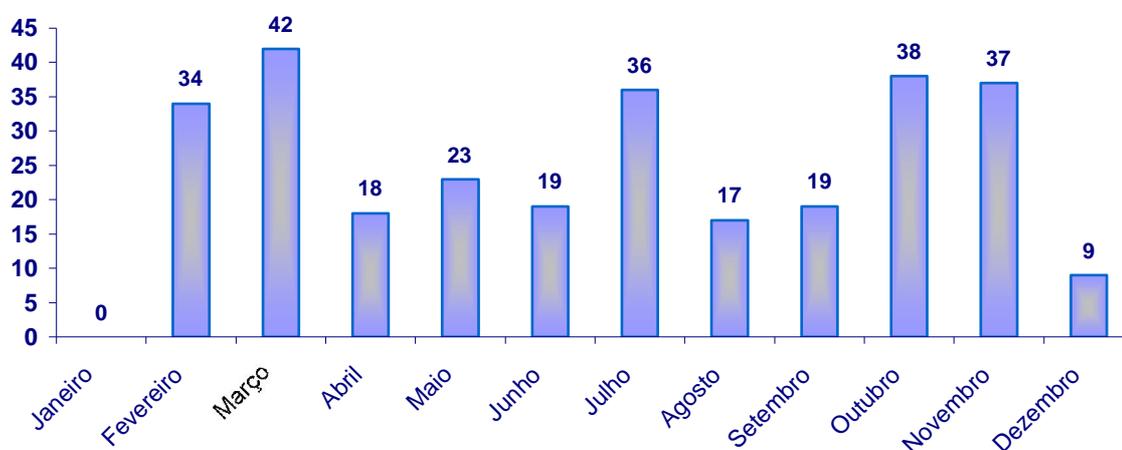
Comparativamente com o mesmo desempenho efectuado em 2004, podemos observar (gráfico "Distribuição da Reavaliação", in Relatório Estatístico de 2004), que houve em 2005, um aumento significativo deste desempenho.

Total de Processos



Através do gráfico 2, podemos verificar a regularidade mensal, de como decorreu o mesmo, ao longo do ano de 2005. Assim e comparativamente à reavaliação efectuada no ano de 2004. (gráfico "Distribuição da Reavaliação por Meses" in Relatório Estatístico de 2004), observamos que este decorreu com uma maior regularidade, tendo tido uma maior incidência, por ordem decrescente, nos meses de Março, Outubro e Novembro, e um menor desempenho nos meses de Dezembro e Abril. No mês de Janeiro devido ao período de reorganização da equipa e elaboração de relatório alusivo ao ano transacto, não se procedeu à reavaliação de processos.

Distribuição da Reavaliação Por Meses



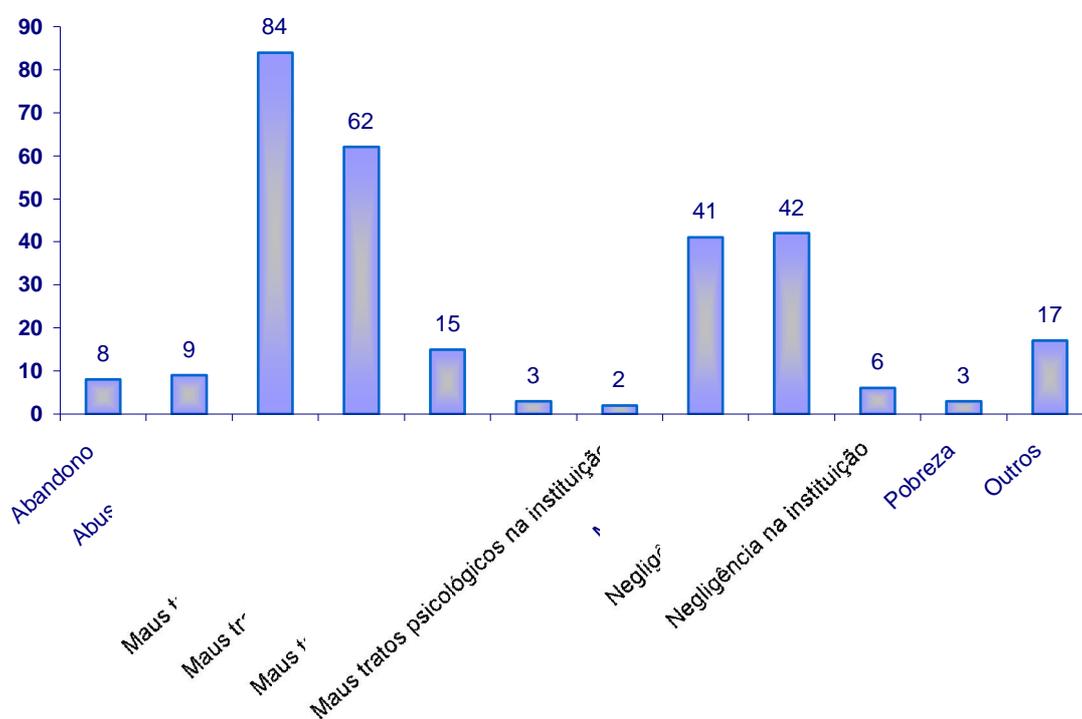
Relativamente às problemáticas das situações propostas à reavaliação, podemos verificar através do gráfico 3 que a maioria corresponde a situações-problema de Crianças em Perigo (28,8%) em segundo lugar surgem as de Maus Tratos Físicos na Família (21,2%) em terceiro lugar as situações de Negligência no Seio da Família (14,4%), seguido das de Mendicidade (14%).

Apesar de, em valor numérico esta última situação-problema ter aumentado relativamente aos processos reavaliados no ano transacto, em termos percentuais eles têm vindo a diminuir (2004 - 19,2%).

Em menor número, surgem como problemáticas sujeitas a reavaliação as situações relativas a pobreza e maus tratos psicológicos em instituições, o que vem ao encontro com os dados estatísticos obtidos no **encaminhamento** efectuado em 2003, conforme podemos constatar na pag. 69, in Relatório Estatístico de 2003.

Quanto aos processos, cuja problemática designamos como *Outros*, destacam-se por ordem decrescente, as situações-problema, relativas a Pedofilia e Abandono Escolar.

Identificação da Problemática

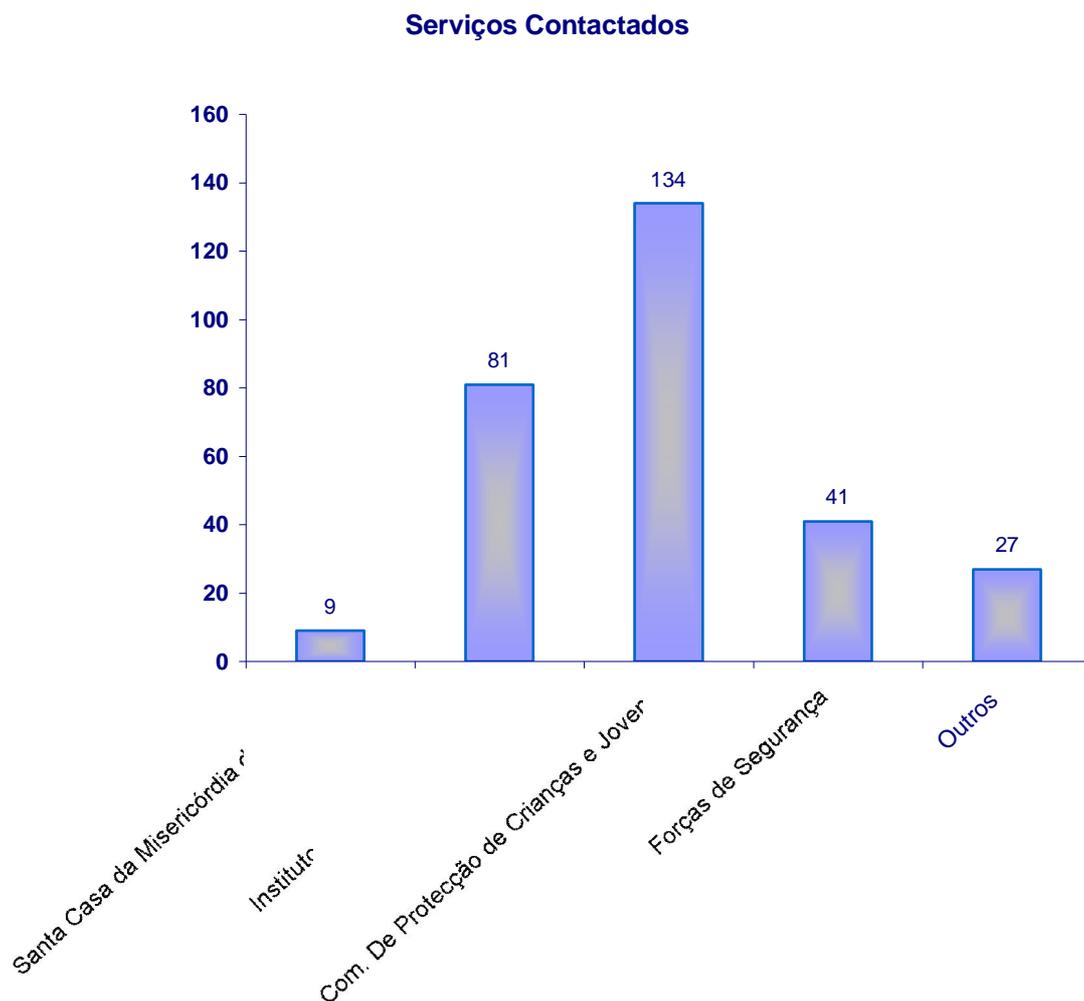


Relativamente aos serviços contactados, seleccionando aquele a quem caberia a intervenção, e/ou resposta à mesma, podemos observar através do gráfico 4, que as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, se mantêm como a entidade mais solicitada ao pedido de resposta no processo da reavaliação (45,9%), percentagem que tem vindo a diminuir, como já se verificou nos dados relativos á reavaliação efectuada em 2004 (51,3%), seguido dos Centros Distritais de Segurança Social (27,7%), onde registamos um aumento percentual de 13,2%, comparativamente com a reavaliação efectuada em 2004 (gráfico " *Serviços Contactados*" in Relatório Estatístico de 2004) e em terceiro lugar as Forças de Segurança ou seja a PSP e a GNR (14%), todos eles entidades de intervenção a nível nacional e por tal motivo abrangedoras de uma área geográfica mais alargada.

Ainda relativamente a estes valores, será importante referir que, essencialmente os contactos estabelecidos com a PSP, apesar de, em valor numérico ter aumentado, em termos percentuais têm-se verificado uma diminuição, assim como se verificou, a nível de processos encaminhados em 2003, alusivos à problemática da mendicidade.

No entanto, conforme já foi referido no Relatório Estatístico de 2003 (pag. 69), os valores mantêm-se preocupantes, devido a revelar-nos que estamos perante um fenómeno, que pela sua continuidade e dificuldade de intervenção, tende a se tornar

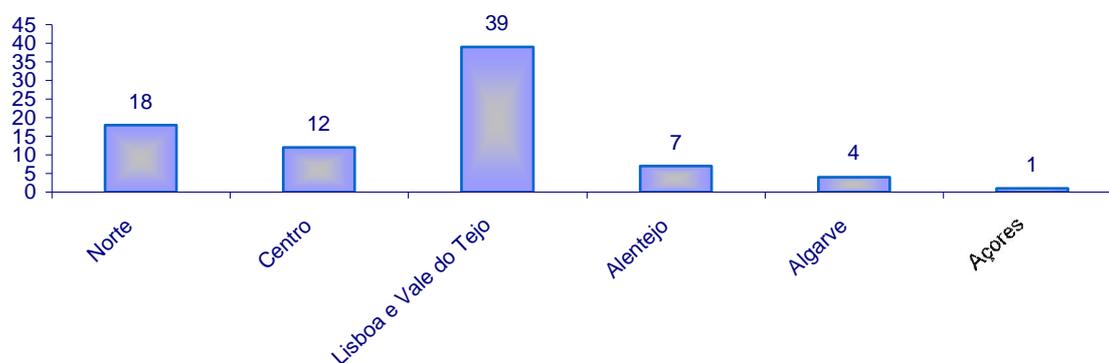
num problema social, cada vez mais significativo.



Para que de uma forma mais precisa possamos analisar estes valores por entidade, observando o gráfico 5, relativo à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, detectamos quanto á distribuição de processos por zonas responsáveis pela intervenção por ordem decrescente, que o Local Norte e Ocidental, mantiveram o mesmo valor, seguido do Local Centro e por último o Local Oriental.

Ainda relativamente a esta entidade, em termos percentuais verificámos comparativamente com os valores relativos á reavaliação efectuada em 2004, que estes contactos diminuiram (2005- 3,1% em 2004- 5,7%).

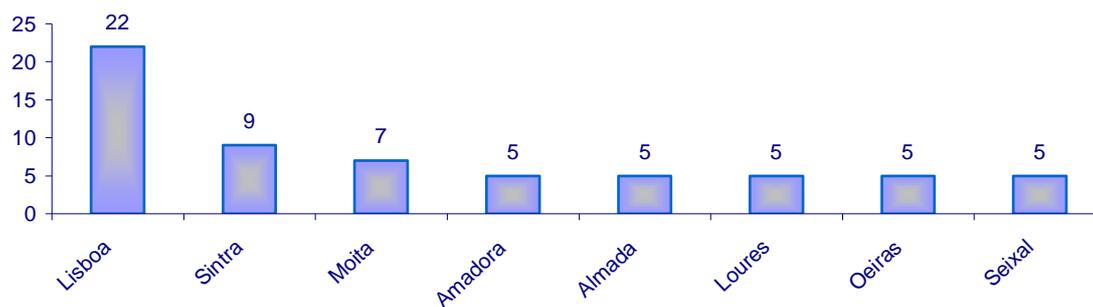
**Serviços Contactados
Instituto da Segurança Social**



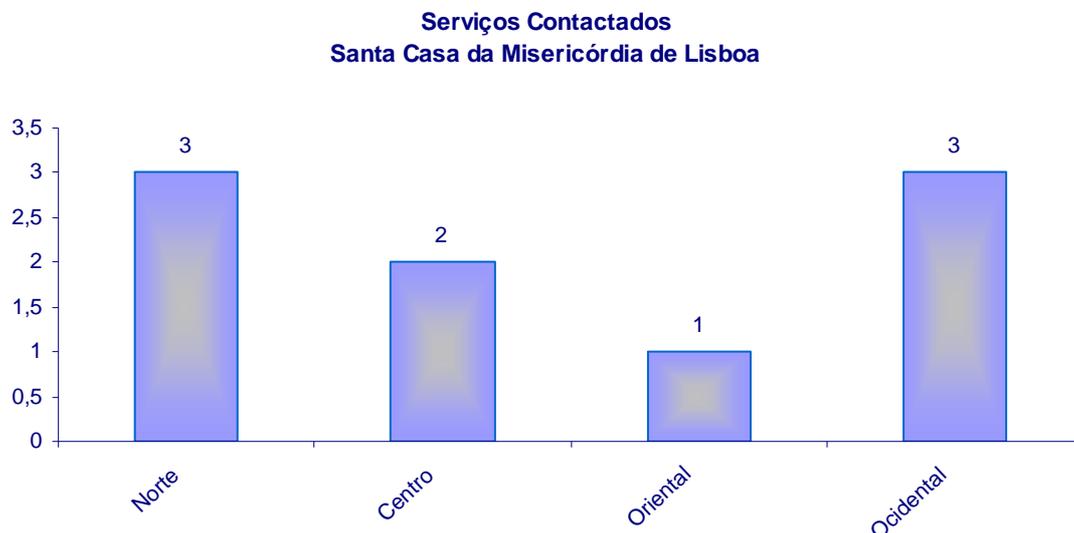
Quanto às CPCJ's observando o gráfico 6, onde estão contempladas as 8 Comissões que obtiveram mais situações- problema, sujeitos a reavaliação, dum total de 57 Comissões contactadas, verificamos que as mais solicitadas foram, por ordem decrescente, Lisboa, (a qual abrange 4 zonas, destacando-se a zona Oriental e a Norte como as detentoras de maior número de situações sujeitas a reavaliação), seguido da CPCJ de Sintra (9), em terceiro lugar a CPCJ da Moita (7) e em ex-aequo as Comissões de Amadora, Almada, Loures, Oeiras e Seixal (5).

Relativamente aos valores obtidos na reavaliação do ano de 2004, podemos acrescentar que a cidade de Lisboa, teve em 2005, um aumento de 0,2%; relativamente ao concelho de Sintra houve uma diminuição de 1,4%, enquanto as Comissões de Almada, Amadora e Oeiras também mantiveram um valor percentual muito idêntico (em 2005 aumento de 0,1%).

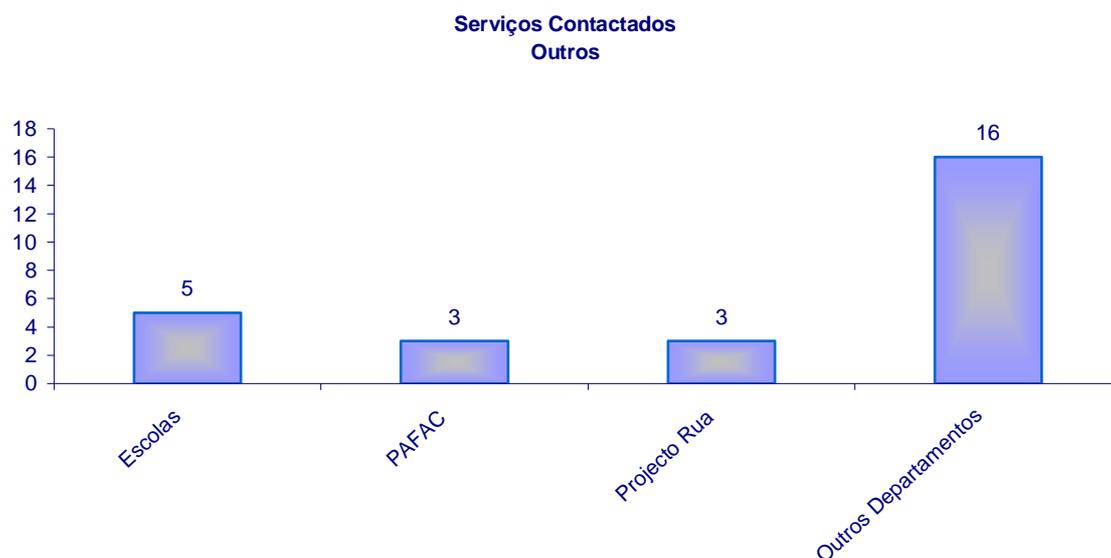
**Serviços Contactados
Comissões de Protecção de Crianças e Jovens**



Quanto aos serviços que designamos por, Outros, podemos constatar através do gráfico 7, que as escolas se destacam, sendo a incidência mais relevante nas escolas do 1º ciclo, relativamente aos “outros departamentos” evidenciaram-se em ex-aequo, a Policia Judiciária, o IAC Açores e as Câmaras Municipais.



Dos serviços contactados no processo de reavaliação, num total de 292 situações-problema, conforme podemos verificar através do gráfico 8, obtivemos resposta a 83,6% das mesmas, percentagem mais elevada do que na reavaliação efectuada em 2004 (77,7%); restando 48 (16,4%) situações-problema, das quais ainda aguardamos resposta, visto o número considerável de situações reavaliadas nos últimos meses de 2005 (gráfico 2, pag.), e de se estar a proceder ao envio, de segundas vias de pedidos de resposta.



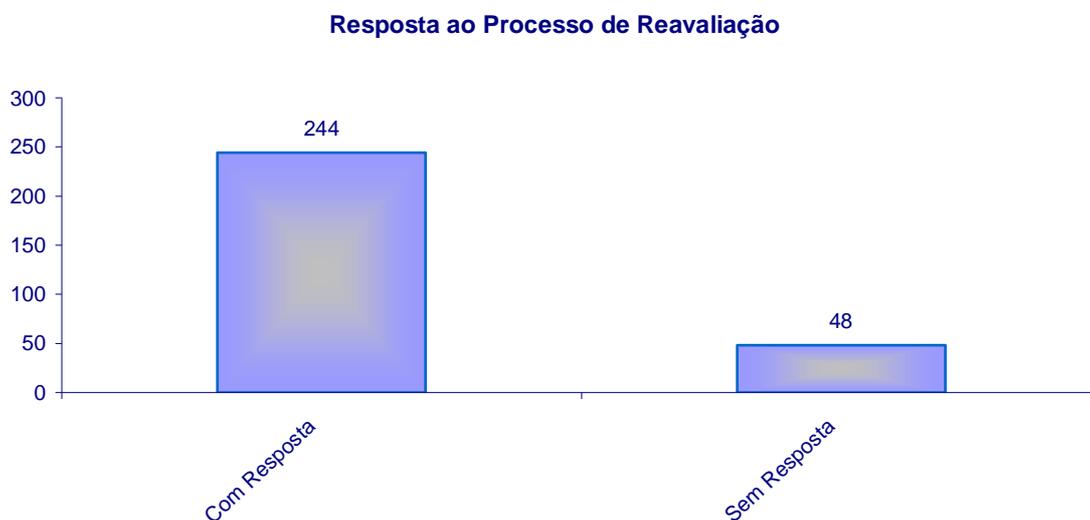
Reflectindo de uma forma mais precisa sobre os dados referentes às respostas

obtidas, analisaremos melhor os objectivos a que nos propomos na reavaliação.

Assim das 239 respostas obtidas e observando o gráfico 9, deparamo-nos com um maior número de situações cuja resposta refere o seu arquivo (47,3%), seguido de respostas em que mencionam a orientação do caso para outra entidade (28,9%) e em terceiro lugar surgem as situações- problema que se mantém em acompanhamento (20,5%).

Assim e comparativamente com os dados das reavaliações efectuadas no decorrer de 2003 e 2004, deparamo-nos com **um aumento** pouco significativo em relação aos casos arquivados e mais significativo (8,2%), quanto às situações cuja resposta nos refere a orientação para outros serviços. Quanto às respostas que nos referem em acompanhamento, em termos percentuais, é um valor que tem vindo a diminuir em cerca de 8%, ano.

Os Tribunais surgem como a entidade mais referenciada pelos serviços em termos de orientação, principalmente por parte das CPCJ's inquiridas.

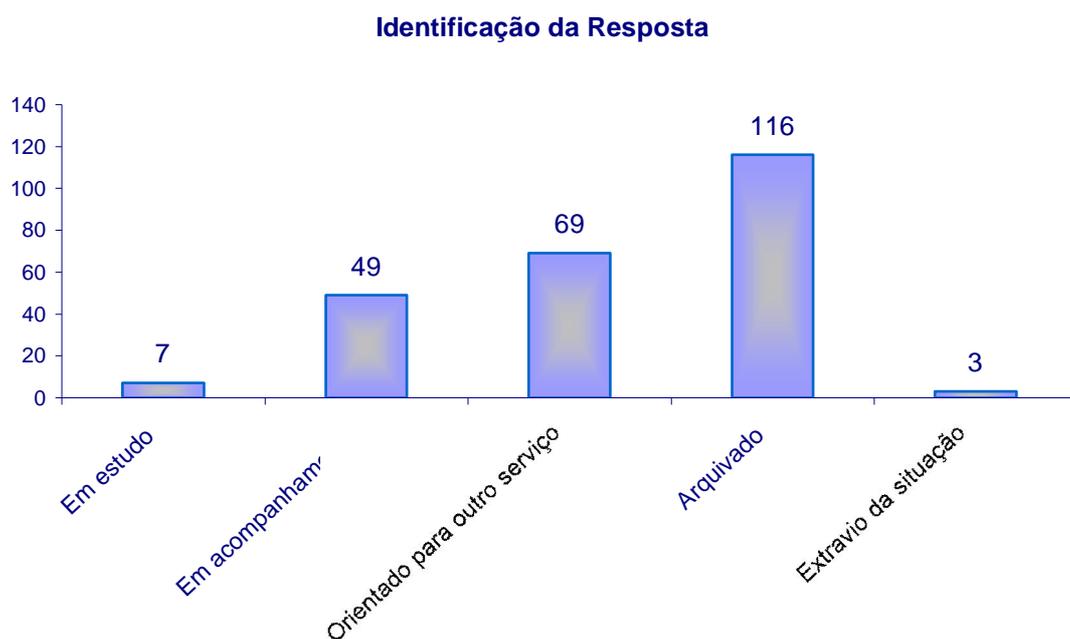


Através do Gráfico 10, poderemos analisar de uma forma mais precisa, quanto às situações cuja resposta referem o seu arquivamento, as razões que levaram ao mesmo.

Assim a maioria, englobando 18% das respostas, referem que a situação-problema apresentada, foi ultrapassada após a intervenção, seguido das que nos referem o arquivamento por não serem verídicas (13,5%) e em terceiro lugar aquelas em que

não foi possível efectuar uma averiguação (11,1%), nestas últimas incluímos as respostas que referiram a impossibilidade de intervenção devido à insuficiência de dados.

Estes valores foram relativamente similares às percentagens obtidas na reavaliação efectuada em 2004, no entanto, em 2005 houve um aumento mais significativo de 2,8%, nas respostas que nos referem, que a situação-problema apresentada, não tem fundamento.



Conclusão/ Reflexão:

Durante o ano de 2005 este desempenho foi mantido segundo alguns objectivos já definidos nos anos transactos, ou seja o de executar este desempenho de uma forma mais regular e contínua.

O trabalho de reavaliação tem tido uma caminhada progressiva, apesar de atravessar períodos de condicionamento devido á multiplicidade de funções inerentes ao alargamento de áreas de intervenção, a que o serviço do SOS Criança se tem vindo a propor ao longo do seu crescimento.

No entanto, consideramos que de uma forma geral este ano, os objectivos foram bem sucedidos através da reorganização de tarefas, em que foi possível uma prestação mais assídua, principalmente por parte de alguns elementos da equipa, compensando assim os condicionamentos habituais.

Perante a evolução que se tenta alcançar neste desempenho, consideramos que tem sido

crescente a receptividade por parte dos serviços à resposta, não só após se efectuar o respectivo encaminhamento como uma maior adesão relativamente aos processos sujeitos à reavaliação.

Isto também se deve á nova experiência implementada em 2005, que visa uma maior insistência com os serviços contactados, através do uso da 2ª via de pedido de resposta (após 3 meses do 1º contacto de reavaliação).

Há que criar estratégias para filtrar de uma forma mais eficaz as situações-problema que não possuem fundamento. Dever-se-ia ter um feed-back das mesmas por parte dos serviços intervenientes mais imediata, através se possível, dum acompanhamento por parte dos nossos serviços quando do encaminhamento.

Assim de uma forma mais precisa poder-se-ia analisar o tipo de apelo e respectivo atendimento. Isto igualmente se torna inerente para os valores cuja resposta nos identifica a impossibilidade de averiguação.

Sabemos que muitas destas respostas se prendem essencialmente ás situações- problema alusivos á mendicidade, mas também devido á recepção de apelos que originam a abertura de processos em que constam dados insuficientes, todos eles merecedores de uma maior reflexão para um melhoramento de procedimentos.

Assim algumas medidas já foram implementadas neste sentido, no decorrer deste ano de 2006.

MEDIAÇÃO ESCOLAR

As reuniões com as parcerias (23) são de extrema importância para uma melhor integração da escola na comunidade, através da articulação com as colectividades e instituições locais, Juntas de Freguesia, Centros de Saúde, etc...

Só desta forma, é possível propor mais soluções e encaminhamentos.

Há igualmente uma colaboração entre as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e o IAC.

No início de cada ano lectivo, promovem-se reuniões de pais nas escolas onde há GAAF, sensibilizando-os para os direitos das crianças.

A mediação escolar visa ainda dinamizar as tutorias organizando reuniões com estas. Realizam-se também reuniões de grupo comunitário, com o objectivo de definir objectivos globais anuais.

Tendo em vista a promoção da Mediação Escolar e a criação de futuros gabinetes, realizaram-se 7 reuniões com GAAF fora de Lisboa (nomeadamente em Coimbra, Santarém, Faro, Gouveia...).

Houveram durante este ano, 13 reuniões para a Implementação de novos GAAF em outras escolas.

Sempre com o objectivo de divulgar a Mediação Escolar, efectuaram-se igualmente reuniões com alunos de várias faculdades.

No âmbito de cumprir os seus objectivos – *“Contribuir para o crescimento harmonioso e global da criança/ jovem e promover um ambiente mais humanizado e facilitador da integração escolar e social”*, a Mediação Escolar multiplicou-se em diversas reuniões, acções de formação e encontros no ano de 2005.

Realizaram-se, durante este ano, 18 acções de formação, acompanhamento e avaliação com os técnicos do IDT, e ainda 10 acções de formação dada pelos técnicos do SOS-Criança a professores e auxiliares de acção educativa.

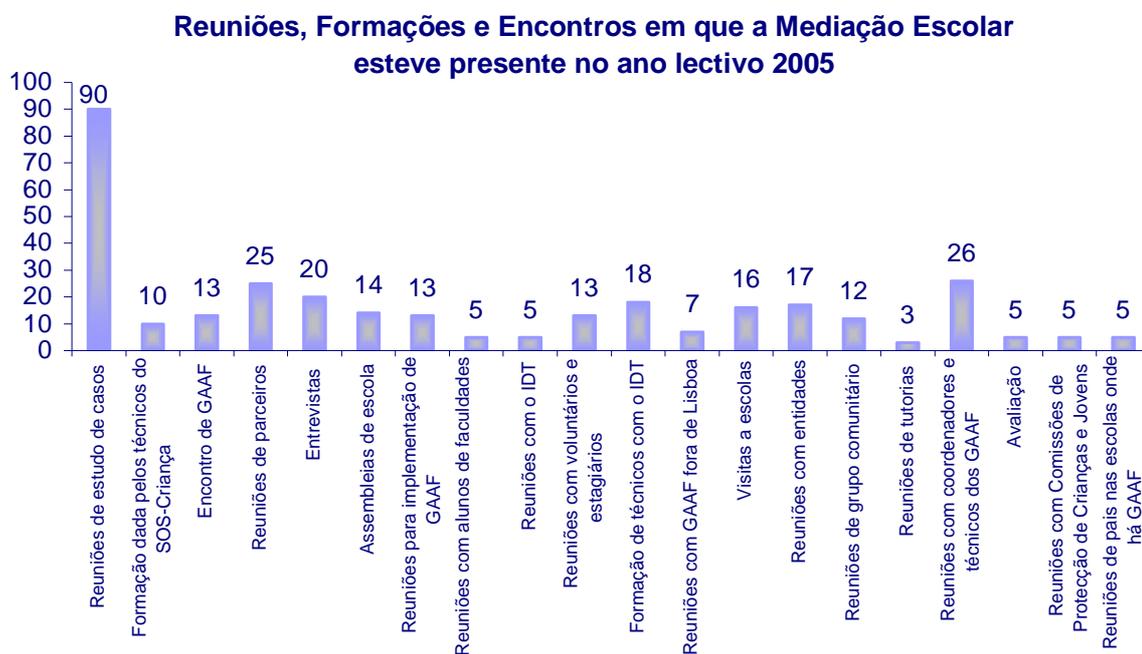
Destacam-se as 90 reuniões para o Estudo de Casos mostrando a afluência de novos casos, assim como a capacidade de dar resposta às problemáticas encontradas.

Registaram-se igualmente 26 reuniões com coordenadores e técnicos de GAAF. Efectuaram-se 20 entrevistas tendo em vista a entrada de novos técnicos e/ ou a criação de novos projectos por parte dos técnicos.

Foram ainda feitas 16 visitas às diversas escolas onde os GAAF estão implantados, em prol de um acompanhamento e avaliação das actividades de cada GAAF ao longo do ano.

A Mediação Escolar promove também todos os 3 meses, encontros entre os GAAF a nível nacional.

Com o objectivo de obter financiamentos e de forma a proceder a uma avaliação dos gabinetes, houveram 17 reuniões com várias entidades.



PARTICIPAÇÃO DOS TÉCNICOS DO SOS-CRIANÇA EM
ENCONTROS/ ACÇÕES DE FORMAÇÃO/ REUNIÕES/ SIMPÓSIOS/
CONGRESSOS

SOS CRIANÇA –Age sempre no interesse da Criança

O **SOS Criança** para além de garantir à Criança e ao Jovem o direito à palavra, de lhe proporcionar protecção em situações de perigo, abandono escolar, negligência, abuso físico, emocional ou sexual, trabalho infantil, mendicidade, etc., tem uma intervenção formativa e qualitativa ao pretender através do diálogo, da escuta atenta e empática, ajudar as crianças, os jovens e os pais, a reflectir sobre os problemas que os preocupam,

Muitos jovens que contactam o **SOS Criança** fazem-no para que os ajudem a pensar nos conflitos internos, que não conseguem resolver, sentem-se bloqueados e, para saírem do impasse, precisam que os oiçam de uma forma isenta.

O **SOS Criança** promove ainda acções formação a diferentes grupos-alvo nomeadamente professores, educadores, mediadores, forças de segurança, alunos finalistas do ensino superior entre outros.

O **SOS Criança** é apoiado pelo Ministério da Administração Interna, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Segurança Social e pelo Instituto Português da Juventude.

O **SOS Criança** é acima de tudo um serviço de prevenção que pretende actuar antes que a situação de risco se concretize.

www.iacrianca.pt

PELA DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA

Instituto de Apoio à Criança

SEDE

Largo da Memória nº 14

1349-045 LISBOA

Tel.: 21 361 78 80

Fax: 21 361 78 89

E-mail: iacsede@netcabo.pt